

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLVI • Nº 462 • Brasília-DF • Janeiro/Fevereiro 2024



O Rio Komi-Memem (Rio Lago) e a Terra Indígena (TI) Jgarapé Lago, com a soja quase que a adentra o seu quintal - Foto: Helena Durand/Imai

QUINTAIS INVADIDOS PELA SOJA

Agronegócio ocupa terras indígenas de Rondônia. Somente em 2022, a "nova fronteira do desmatamento", Amacro, foi responsável por 36% da área desmatada da Amazônia Legal

Páginas 8, 9, 10 e 11

50 anos do documento-denúncia "Y Juca Pirama" e a atuação do Padre Antônio Iasi Junior, SJ

Páginas 3, 4 e 5

Em 2024, a contínua e brutal violência contra os povos indígenas persiste

Páginas 6 e 7

Operação Yanomami: força-tarefa sem força

Página 13

Entre promessas e realidade

Entre promessas fundamentais e a realidade decepcionante, os povos indígenas são constantemente lembrados de que a distância entre o discurso político e a ação efetiva pode ser mais vasta do que a destruição progressiva de suas terras.

Inicialmente, a posse do presidente Lula em 2023 trouxe esperança, pois seria o rompimento da perspectiva genocida do governo anterior. Contudo, as ações concretas para garantir os direitos fundamentais à terra e a políticas públicas diferenciadas ainda não se materializaram. Ao longo do primeiro ano do governo Lula III, as expectativas dos movimentos indígena, indigenista e de outros setores da sociedade que acompanham a causa no país foram confrontados com uma realidade frustrada.

Por um lado, o governo expressa interesse em manter um discurso positivo, em sintonia com as aspirações e esperanças das comunidades indígenas. Por outro, as práticas cotidianas revelam uma abordagem que, ao contrário da retórica, tende a ser morosa e a instrumentalizar os direitos dos povos indígenas como barganha política com setores que tradicionalmente se posicionam contra as causas ambiental e indígena.

A criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), comandado por Sônia Guajajara; as mudanças no órgão indigenista, que passou a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), e que foi assumido por Joenia Wapichana; e a escolha do também indígena Weibe Tapeba, do povo Tapeba, do estado do Ceará, para a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), simbolizavam o andamento do compromisso assumido com as comunidades originárias.

No entanto, faz-se necessário muito mais que nomeações de representantes indígenas para cargos-chave em órgãos precarizados, sem recursos e com suas atribuições retiradas. Para a execução de medidas efetivas é preciso ultrapassar a pressão de setores contrários aos direitos territoriais indígenas.

Esperava-se a implementação de um plano abrangente para demarcação de terras e adoção de políticas públicas que garantissem a segurança das comunidades, promovendo assistência em saúde e educação, além de combater a fome, a violência e as invasões territoriais. Era aguardado, ainda, a revogação imediata de medidas administrativas do governo anterior que inviabilizam a garantia dos direitos indígenas.

Mas os povos indígenas perceberam, no dia a dia, que seus problemas não retrocederam, pelo contrário.

A demora na demarcação de terras e a persistência da violência e das invasões territoriais evidenciam diariamente os mesmos desafios enfrentados há décadas. O governo federal não deu conta das demandas e não adotou medidas estruturais significativas.

Não houve iniciativas no sentido da reflexão, elaboração e execução de políticas públicas específicas e distintas destinadas a apoiar e promover as comunidades indígenas no Brasil, assegurando-lhes o direito exclusivo ao usufruto das terras, com foco na produção de alimentos e na garantia de renda às famílias indígenas em seus territórios. Não foram implementadas mudanças eficazes para enfrentar as violações de direitos e garantir o acesso aos serviços básicos. Além disso, para complicar ainda mais a situação já precária, o governo optou por regulamentar a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS), conferindo-lhe a responsabilidade pela gestão da política de saúde e abrindo caminho para a privatização da saúde indígena no Brasil. Sem falar que o debate sobre a gestão da educação escolar indígena, a partir do Ministério da Educação, simplesmente não existiu.

No cenário legislativo, a pressão das bancadas do agronegócio e do ruralismo comprometeu ainda mais os avanços na demarcação de terras e na proteção dos direitos indígenas. A rejeição dos vetos presidenciais e a efetivação da tese do marco temporal através da Lei 14.701/2023 representou um revés significativo para as comunidades indígenas. Agora, competirá às organizações indígenas e aos defensores dos direitos originários a incumbência de pleitear a invalidação da lei por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Diante desses desafios, os povos indígenas, suas organizações e apoiadores perceberam a necessidade de uma luta articulada com outros setores da sociedade para garantir seus direitos perante os poderes públicos. É essencial que o governo assuma um compromisso real com a defesa dos direitos indígenas, superando interesses políticos e econômicos contrários à sua proteção.

Em suma, o primeiro ano da política indigenista do governo Lula apresentou pouquíssimos avanços, alguns simbólicos, mas sem surtir efeito contra os enfrentamentos significativos, que exigem uma resposta mais robusta e eficaz por parte das autoridades. A garantia dos direitos territoriais, a proteção contra invasões e violências e o acesso a serviços básicos devem ser prioridades inegociáveis em qualquer agenda governamental que se pretenda justa e inclusiva.

Porantinadas

Celebrar os povos originários

O Homem da Meia-Noite, ícone do Carnaval de Pernambuco, prestou homenagem aos povos indígenas em seu desfile de 2024. Reconhecido como Patrimônio Vivo do estado, o Homem da Meia-Noite escolheu honrar os indígenas do povo Xukuru, cujo território ancestral reside na majestosa Serra do Ororubá, localizada em Pesqueira. Em uma demonstração de respeito e solidariedade, no dia 2 de fevereiro, data que marca seu 92º aniversário, o Homem da Meia-Noite visitou o território do povo Xukuru para receber a indumentária especialmente confeccionada para o desfile carnavalesco. A responsabilidade pela criação do figurino coube à talentosa estilista indígena Dayana Molina, orgulhosamente descendente das etnias Fulni-ô e Aymará. A entrega da roupa aconteceu na Aldeia Pedra D'água, localizada dentro da terra indígena, e contou com a presença e participação de diversos grupos culturais da região e da matriarca Zenilda Xukuru. O cacique Marquinhos Xukuru expressou a importância dessa homenagem, destacando seu papel fundamental em dar visibilidade às lutas e à cultura dos povos indígenas no país. Essa celebração não apenas enaltece a riqueza e a diversidade desses povos, mas também reforça a necessidade de reconhecimento e respeito por suas tradições e territórios ancestrais.

Homenageados da ONU

O casal de anciões Guarani-Kaiowá, Tito e Miguela Vilhalva, lideranças da Terra Indígena (TI) Guyraroká, foi homenageado pelo Escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Prevenção ao Genocídio e Responsabilidade de Proteger. A trajetória de luta dos indígenas foi reconhecida pela exposição "Campeões da Prevenção" deste ano. Ao longo de suas vidas, Tito – 103 anos – e Miguela – 96 anos – têm se dedicado, corajosamente, à luta pelos direitos da comunidade Guyraroká, localizada em Caarapó, no estado do Mato Grosso do Sul. Apesar da idade, o casal ainda se empenha para realizar as rezas tradicionais Guarani-Kaiowá e para defender a demarcação do território de seu povo. Tito e Miguela já chegaram a ser expulsos de suas terras, no contexto de colonização do estado do Mato Grosso do Sul, que implicou na remoção violenta dos indígenas de suas terras e em diversos deslocamentos forçados, que se prolongaram ao longo de décadas. No entanto, a comunidade de Guyraroká, simbolizada por seu nhanderu (ancião) e sua nhandesy (anciã), nunca desistiu de recuperar seu território.

Investigação da Funai de Bolsonaro

Dois decisões monocráticas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) interromperam as investigações da Polícia Federal (PF) contra dirigentes da Funai na gestão Bolsonaro. O desembargador Ney Bello bloqueou a continuidade da investigação tanto contra o ex-presidente Marcelo Xavier quanto contra o ex-vice-presidente Alcir Amaral, argumentando falta de evidências de responsabilidade direta nos homicídios do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. Os ex-dirigentes chegaram a ser indiciados no caso por homicídio com dolo eventual (assumir risco das mortes), mas o Judiciário travou a investigação. As decisões, embora provisórias, paralisam o andamento das investigações sobre a atuação da Funai na proteção de seus servidores diante das ameaças. A investigação da PF seguia em sigilo e apontava omissão da direção da Funai diante das ameaças e perigos vivenciados por servidores na região em que o crime aconteceu. O documento foi revelado pelo Globo em março do ano passado e confirmado pelo Metrôpoles. Segundo o texto, Alcir disse que as denúncias de ameaça dos servidores não tinham materialidade e que uma investigação sobre as ameaças não traria resultado. Para a PF, esse documento é um forte indício de dolo eventual. Os casos, agora, devem passar por análise do colegiado com votação de três desembargadores.

LULA III

ATÉ QUANDO
 VAMOS ESPERAR
 PELAS PROMESSAS?



UFA!
 ATÉ QUE
 ENFIM...



50 anos do documento-denúncia “Y Juca Pirama” e a atuação do Padre Antônio Iasi Junior, SJ

“Chame-lhe progresso quem do extermínio secular se ufana; eu, modesto cantor do povo extinto, chorarei nos vastíssimos sepulcros que vão do mar aos Andes e do Prata ao largo e doce mar das Amazonas”.

Antônio Gonçalves Dias
 Os Tymbiras, canto III

Por Gabriel Vilardi, SJ

Passado o período mais difícil desde a redemocratização, com um governo declaradamente anti-indígena e com traços fascistas, é preciso fazer memória das estratégias de luta e resistência contra o auge do autoritarismo, que se deu durante a ditadura civil-militar. Para desespero de muitos e incredulidade de tantos outros, os ideais e a visão deturpada dos anos de chumbo, infelizmente, estão impregnados em uma parcela considerável da classe política e da elite econômica do país, tendo encontrado, nos últimos anos, uma acolhida escandalosa em setores da sociedade brasileira.

Se é verdade que em um primeiro momento o golpe militar contou com um vergonhoso apoio da Igreja católica, no transcorrer dos inaceitáveis abusos do regime, houve uma profunda mudança de posição, pelo menos em significativas esferas do episcopado nacional e nas principais organizações eclesiais. Nos inúmeros embates contra os desmandos ditatoriais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

assumiu posições corajosas e ousadas em favor dos Direitos Humanos. Como não se lembrar de figuras marcantes, tais como Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino, Dom Luciano Mendes de Almeida?

E dentre as atitudes proféticas e luminosas na luta por justiça social, imprescindível citar a fundação, na década de 1970, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidades comprometidas na defesa e apoio dos povos indígenas e camponeses. Essas organizações foram fundamentais na mobilização e formação das bases e, posteriormente, entre seus muitos frutos estão o surgimento do movimento indígena organizado e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Um ano após a criação do Cimi (1972), um grupo de missionários indigenistas percebeu a urgente necessidade de compilar os múltiplos e sistemáticos casos de violação dos direitos dos povos indígenas em um documento-denúncia, “Y-Juca Pirama. O índio: aquele que deve morrer”, jogando luz sobre o cenário desolador em que se encontravam essas comunidades. Conforme atesta um dos próprios autores, o na época jesuíta Egidio Schwade, o documento foi redigido por ele “e Iasi, juntamente com Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino, Elizeu Lopes, então frei dominicano, Ivo Poletto e Frei Mateus, num encontro realizado às escondidas, no interior de Goiás”⁽¹⁾.

1 Schwade, Egidio. *IHU On-Line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, ed. 436, 10 mar. 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/528748-evangelizacao-e-o-que-ajuda-los-a-lutar-pelas-suas-terras-entrevista-especial-com-egidio-schwade>. Acesso em: 18 dez. 2023

Padre Antônio Iasi Júnior, SJ: amigo incansável dos povos indígenas

O grupo de redação do documento era coordenado pelo Padre Antônio Iasi Jr., SJ (1920-2015)⁽²⁾, que posteriormente viria a exercer a função de secretário-executivo do Cimi. Experiente e reconhecido indigenista, assessorou inclusive a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), por um breve período, quando se afastou por perceber as ingerências dos militares no órgão. Mesmo nos anos seguintes não perdia a oportunidade, em suas entrevistas e falas para públicos diversos, de trazer com lucidez e sempre algum grau de ironia as denúncias dos desmandos na entidade indigenista:

“Mais uma vez, a cúpula administrativa formada por alienígenas, para não dizer mercenários, mostra sua inabilidade para conduzir a política indigenista, que vem sofrendo choques traumáticos desde que a Funai foi tomada de assalto pelo general Oscar Bandeira de Melo e seu grupo”. Mais adiante reforça “aqueles tempos eram outros e a repressão, as cassações, as prisões, as torturas e toda sofisticada máquina de lavagem cerebral criada pelo regime conseguiram perpetuar nos altos postos da Funai figuras como a do general Demócrito de Oliveira”. (Cinco de Março, 4-10/02 de 1980)

Crítico severo do aparelhamento por militares anti-indígenas, Pe. Iasi, SJ chegou a defender, na CPI do Índio em 1977, a extinção do órgão indigenista em razão dos seus incontornáveis desvios e abusos. Conforme seu depoimento naquela ocasião, “a finalidade da Funai é possibilitar a ocupação dos espaços vazios (de bois), a abertura de estradas nas áreas indígenas e o trânsito seguro através das mesmas”. Continua, em plena ditadura militar, com coragem as suas acusações: “a Funai é a Fundação Nacional do Investidor, do latifundiário, que, com o dinheiro do povo, carreado através de incentivos fiscais, vai desalojando o pequeno proprietário, o posseiro, o indígena”.

O indigenista tinha a clara percepção de que se fazia história com a ruptura que a fundação do CIMI implicou no modo de se relacionar com os povos indígenas. Antecedado com as profundas transformações trazidas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), viveu as tensões e acusações contra essa Igreja radicalmente comprometida com os empobrecidos. Hoje, provavelmente, estaria no grupo daqueles imputados como “hereges” e “comunistas”:

2 PREZIA, Benedito (Org.). *Caminhando na luta e na esperança: retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 62.



“Quer dizer, estamos fazendo uma verdadeira revolução. Estamos considerando não o indivíduo isolado, mas o grupo como um povo, com suas tradições, sua cultura, que deve ser respeitada. Procuramos dar ao indígena a oportunidade de escolher outro sistema econômico e social. O próprio grupo poderá eliminar ou assumir novos padrões a partir da satisfação ou não das suas exigências. Da nossa parte, nós respeitaremos a cultura deles. E animaremos os grupos em fase de desintegração a recuperar os seus valores culturais. O indígena tem que assumir a sua história. A pastoral indigenista global deve ser conduzida dentro da missão que a Igreja latino-americana se sente chamada a cumprir no mundo de hoje. ‘Expressar e encarnar o apelo dos oprimidos e marginalizados superando nosso individualismo de igrejas e congregações, buscando conjuntamente a união e coordenação de todos os esforços para uma ação libertadora’” (Versus, 1975-1978, Edição 03, 1).

Como bom jesuíta era um homem da Igreja, fiel aos seus valores e princípios cristãos, um apaixonado pela Evangelho da Libertação. Uma pessoa que, sem sombra de dúvida, estava à frente do seu tempo, nunca tendo perdido a capacidade de autocrítica pessoal e institucional, inclusive ao papel da instituição nas violações cometidas contra os povos indígenas. Nesse excerto da entrevista concedida à *Versus*, poucos anos depois do lançamento de *Y-Juca Pirama*, verifica-se a abertura e a franqueza para enfrentar temas sensíveis para a sua posição de missionário:

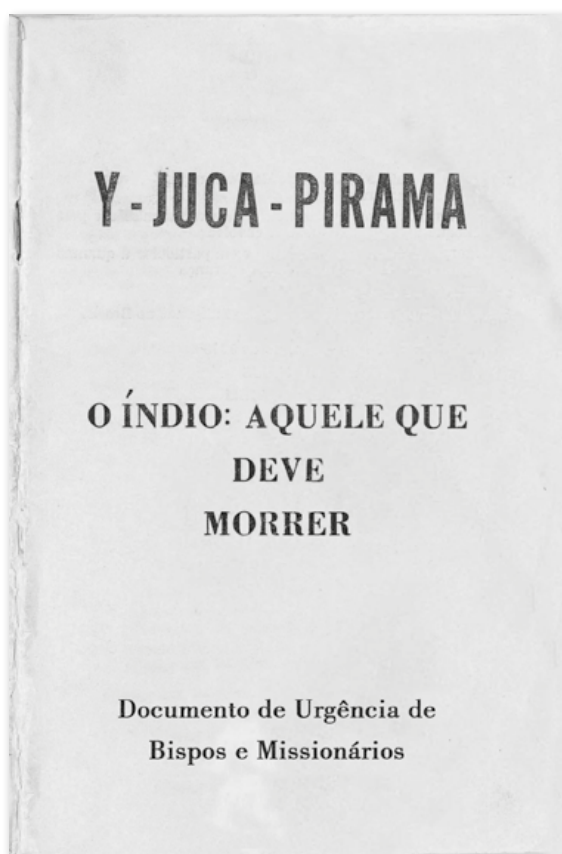
“A terra. Eles querem defende-la. Com a FUNAI, esperando muito. Sem a FUNAI, já disseram: ‘Não tem problema. Nós mesmos vamos defender nossas terras. Entrando gado nas nossas fazendas, vamos prender e avisar ao fazendeiro. Se ele não atender, nós vamos matar’. Eles já estão fazendo isso. E nós apoiamos isso. Estamos do lado deles. O indígena tem um problema: nós, os missionários, ‘amansamos’ eles demais. Cristianizamos o indígena, em outras palavras. E eles, hoje, acham que não podem matar, que não devem matar. Se a gente quiser dizer para eles que também é da doutrina cristã e católica, o direito à legítima defesa, eles são capazes de acreditar que a gente já é um herege”.

Servindo como uma antecipação e preparação para o documento-marco que ora se comemora cinquenta anos, foi-lhe confiada, pela CNBB, a elaboração do *Relatório da Visita às Prelazias da Amazônia* (1970). Na ocasião o jesuíta realizou uma extensa viagem pelas 20 prelazias da região constatando a séria situação dos povos originários. Com um olhar atento e apurado da realidade, foi um crítico implacável dos inimigos dos indígenas que comandavam o país naquele momento.

Vigiado de perto pela ditadura, “um dos braços do Serviço Nacional de Informações fez um dossiê com mais de 300 páginas”⁽³⁾ a seu respeito. E como reconhece seu companheiro indigenista Schwade⁽⁴⁾,

3 VALENTE, Rubens. Antonio Iasi Jr. (1920-2015) - Religioso defensor dos direitos indígenas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1607695-antonio-iasi-jr-1920-2015-religioso-defensor-dos-direitos-indigenas.shtml> Acesso em: 22 dez. 2023.

4 Schwade, Egdio. *IHU On-Line*: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed. 436, 10 mar. 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/528748-evangelizacao-e-o-que-ajuda-los-a-lutar-pelas-suas-terras-entrevista-especial-com-egdio-schwade>. Acesso em: 18 dez. 2023



Antônio Iasi tornou-se uma pedra no sapato do regime ditatorial:

“Iasi foi o primeiro a fazer ‘balançar a ditadura militar’, porque provocava os generais a partir da questão indígena. (...) Uma vez, ele foi expulso aos empurrões da Funai, em Brasília, para nunca mais voltar. Mas dois dias depois, me diz: ‘Egdio, está na hora de voltarmos à Funai. Precisamos visitar o general’. Então, nós fomos.”

Y-Juca Pirama. O índio: aquele que deve morrer

Planejado para ser inicialmente publicado em dezembro de 1973, por ocasião do 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, só foi lançado em março de 1974, pela dificuldade de encontrar uma editora que assumisse o risco de uma publicação crítica ao governo militar. Encontraram uma pequena gráfica em Goiânia que aceitou a empreitada. Conforme relato do então secretário-executivo do Cimi, Egdio Schwade, “Antônio Moura foi quem controlava a ‘central’ de distribuição do *Y-Juca-Pirama* em Goiânia”, uma vez que “poucos além de D. Tomás e Moura sabiam sequer onde o documento fora impresso”⁽⁵⁾.

O documento é dividido em quatro partes, sendo que as três primeiras denominadas “situação dos povos indígenas do Brasil”, “as causas da extinção dos indígenas” e “o futuro do indígena” trazem assertivas e escabrosas denúncias de ataques aos direitos indígenas. Já o quarto e último capítulo, “caminhos de esperança”, com questionamentos e reconhecimento dos valores dos povos originários aponta compromissos necessários a serem assumidos como sociedade, Estado e Igreja.

Sua análise crítica reveste-se de uma atualidade desconcertante ao consignar que “mais provado ainda está que o ‘modelo brasileiro’ visa um ‘desenvolvimento’ que é só um enriquecimento econômico de uma pequena minoria”. “Este enriquecimento da minoria”, continua com clareza inquietante, “será fruto da concentração planejada da riqueza nacional que (...)”

5 Schwade, Egdio. *Y-Juca-Pirama*. 25 fev. 2012. Disponível em: <https://urubui.blogspot.com/2012/02/y-juca-pirama.html> Acesso em: 22 dez. 2023.

é o roubo do resultado do trabalho e do sofrimento da quase totalidade da população que progressivamente se irá empobrecendo”⁽⁶⁾.

Diante desse sistema econômico escravizador e implacável com qualquer outra perspectiva de existência alternativa, ao indígena restava muito pouco: a integração desumanizadora ou a violenta perseguição. Nesse sentido pontua o relatório, “para o povo pobre do Brasil o futuro que o sistema oferece é uma marginalização cada dia maior”, enquanto que “para os indígenas, o futuro oferecido é a morte”⁽⁷⁾.

Em que pese a dureza da realidade descrita, não havia margem para a desesperança, nem qualquer dose de conformismo cúmplice. Ao contrário, sobrava coragem, ousadia e profecia para apoiar e fortalecer a resistência indígena, como se depreende desse trecho quando afirma que “muitos missionários fariam suas as enérgicas palavras do missionário jesuíta padre Thomaz de Aquino Lisboa, (...) ‘é melhor que o indígena morra lutando pelo que é seu do que viver marginalizado e mendigando o que sempre foi dele’”⁽⁸⁾.

A divulgação do documento provocou um tremendo impacto, nacional e internacionalmente, consolidando-se como um significativo instrumento de pressão contra a ditadura e os setores contrários aos interesses indígenas. O Cimi tornou-se a principal e mais autorizada fonte de informação da imprensa sobre a temática indígena, confirmando-se como uma relevante força de resistência e combate ao autoritarismo.

A repercussão foi tão grande que eclipsou até a promulgação do Estatuto do Índio, no final de 1973, que pretendia ser uma resposta maquiada às cobranças internacionais. O governo militar e suas respectivas forças de sustentação acusaram o golpe e a reação não demorou, com perseguições e até prisões⁽⁹⁾:

“As críticas contra o governo e a Funai, contidas no texto, não tardaram em acarretar uma forte repressão contra alguns missionários, como Dom Pedro Casaldáliga, padre Egidio e padre Iasi, proibidos de entrar em áreas indígenas. Este último chegou a ficar detido por algumas horas no Posto Indígena em Apucarana, no norte do Paraná (Iasi, 1995: 11-12)”.

As ameaças e as intimidações das forças repressivas não foram suficientes para impedir que o Padre Iasi e os demais missionários do Cimi seguissem na sua missão de denunciar os crimes da anti-política indigenista, bem como despertar e apoiar a luta dos povos indígenas. Os missionários e as missionárias indigenistas continuaram com rebelde teimosia o caminho da resistência ao sistema opressor e, muitos, pagaram o preço da própria vida: o salesiano Pe. Rodolfo Lukenbein, os jesuítas Pe. João Bosco Burnier e Ir. Vicente Cañas, a agostiniana recoleta Ir. Cleusa Rody Coelho, o comboniano Pe. Ezequiel Ramin...

Nesta ocasião em que se celebra os 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 50 anos da publicação do documento *Y-Juca Pirama* muitos avanços foram conquistados fruto da luta dos movimentos sociais e seus aliados, entre eles inegavelmente está o Cimi. Todavia, conforme pode se constatar por uma rápida checada nos últimos *Relatórios de Violência* do Cimi e das notícias da imprensa, as violações aos direitos dos povos indígenas permanecem de modo consistente e alarmante. Até quando?

Padre Iasi foi um visionário inclusive na proposição de um Ministério dos Povos Indígenas: “o negócio, já que se fala que o indígena, é caso de segurança nacional por causa dos minérios, é criar um superministério, uma secretaria dependente diretamente do presidente”⁽¹⁰⁾. Passados 45 anos da sugestão do missionário jesuíta, a atual pasta teve suas atribuições no processo de demarcação de Terras Indígenas esvaziadas por um reacionário Congresso anti-indígena. Os inimigos são os mesmos de outrora.

10 IASI, Antônio. *A Igreja das selvas*. Revista Versus, São Paulo, Ed. 03, 1, p. 7-10, 1975.

Assim, apesar de importante, somente a representatividade indígena em funções governamentais não basta. É preciso dar condições estruturais, orçamentárias e apoio político para que as legítimas, e já muito postergadas, demandas indígenas finalmente possam avançar. Para vencer as forças do atraso, fundamental que os movimentos sociais, os sindicatos, os partidos políticos que respeitam os Direitos Humanos, as universidades, as igrejas e a sociedade civil democrática se somem aos povos indígenas para barrar os retrocessos e buscar novas conquistas.

Oxalá, haja cada vez mais espaço para a diversidade e o país assuma a sua vocação pluriétnica, valorizando as culturas indígenas, com suas especificidades e belezas. Demonstra-se importante, para tanto, deixar-se tocar simples e profundamente por aquilo que nos escapa e está além dos nossos esquemas, como atestou Padre Iasi, certa vez em uma entrevista⁽¹¹⁾:

“A nossa sociedade, a nossa Igreja, seriam bem diferentes se a gente estudasse mais os valores indígenas e os aplicasse. O que seria da nossa sociedade e da própria Igreja se a gente começasse a admitir os valores indígenas? Como vocês estão vendo, estamos sendo catequizados pelos indígenas, não?”

E na impressionante atualidade de *Y-Juca Pirama*, que, em meio às ameaças mortíferas no horizonte, ecoe também um grito de esperança: “vivemos sob o signo da morte-ressureição do Senhor. Nossas populações indígenas, ao longo do tempo, já pagaram à morte o seu doloroso tributo. Chegou o momento de anunciar, na esperança, que aquele que deveria morrer é aquele que deve viver”⁽¹²⁾. Enquanto houver pessoas que acreditem e lutem pela causa indígena, os próximos 50 anos poderão ser diferentes e um futuro de dignidade para esses povos pode ser arduamente construído.

11 Idem.

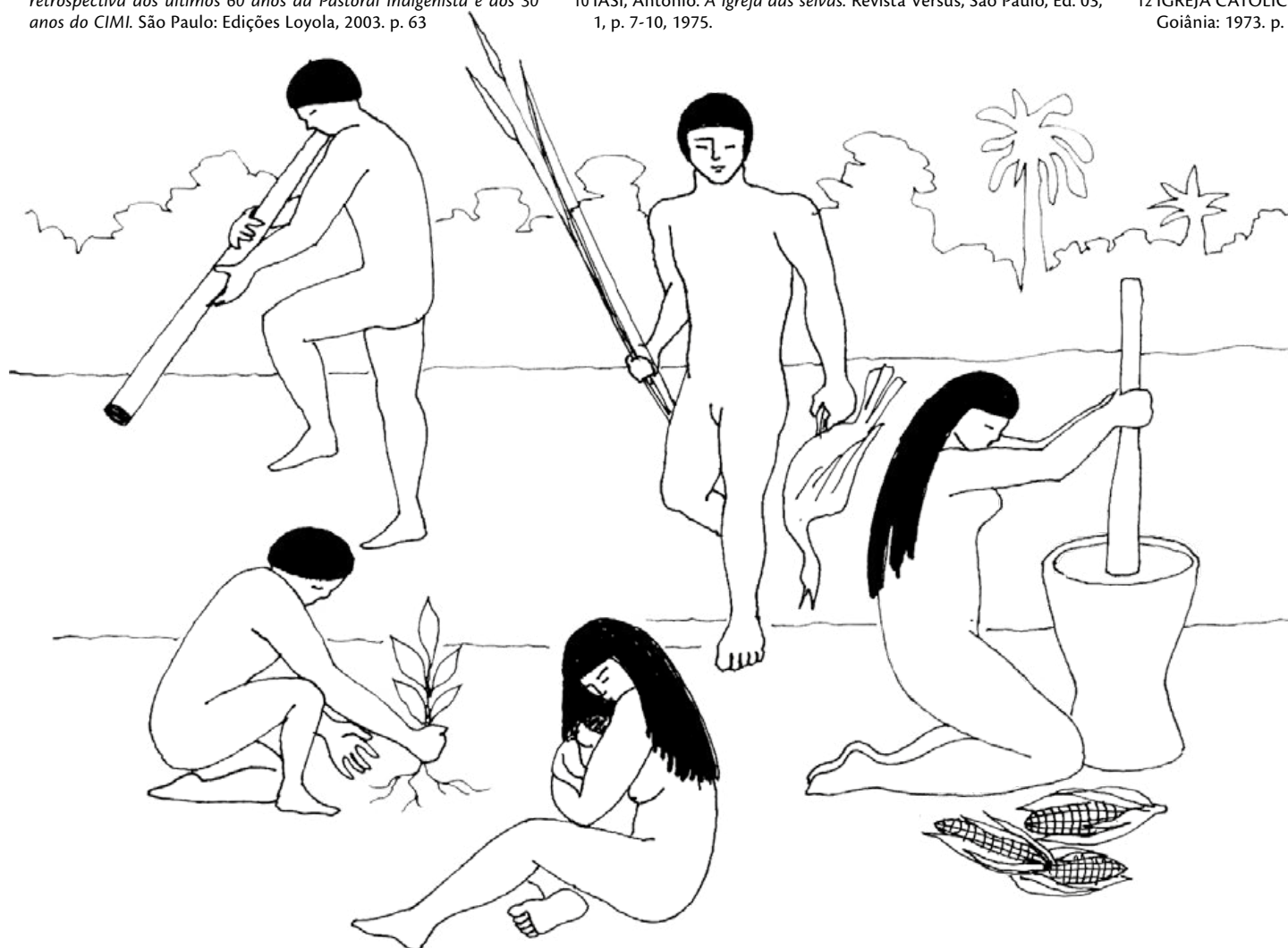
12 IGREJA CATÓLICA, *Y-Juca Pirama. O índio: aquele que deve morrer*. Goiânia: 1973. p. 25.

6 IGREJA CATÓLICA, *Y-Juca Pirama. O índio: aquele que deve morrer*. Goiânia: 1973. p. 12.

7 Idem, p. 14.

8 Ibidem, p. 16.

9 PREZIA, Benedito (Org.). *Caminhando na luta e na esperança: retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 63



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IASI, Antônio. *A Igreja das selvas*. Revista Versus, São Paulo, Ed. 03, 1, p. 7-10, 1975. Disponível em: <http://www.marcosfaerman.jor.br/Versus03.html?vis=facsimile>. Acesso em: 18 dez. 2023.

IGREJA CATÓLICA, *Y-Juca Pirama. O índio: aquele que deve morrer*. Goiânia: 1973.

PREZIA, Benedito (Org.). *Caminhando na luta e na esperança: retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 61-64.

SCHWADE, Egidio. *IHU On-Line*: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed. 436, 10 mar. 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/528748-evangelizacao-e-o-que-ajuda-los-a-lutar-pelas-suas-terras-entrevista-especial-com-egydio-schwade>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SCHWADE, Egidio. *Y-Juca-Pirama*. 25 fev. 2012. Disponível em: <https://urubui.blogspot.com/2012/02/y-juca-pirama.html> Acesso em: 22 dez. 2023.

VALENTE, Rubens. Antonio Iasi Jr. (1920-2015) - Religioso defensor dos direitos indígenas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1607695-antonio-iasi-jr-1920-2015-religioso-defensor-dos-direitos-indigenas.shtml> Acesso em: 22 dez. 2023.

Em 2024, a contínua e brutal violência contra os povos indígenas persiste

Nota do Conselho Indigenista Missionário

No presente ano, a preocupação com a segurança dos povos indígenas permanece uma questão urgente. Foram 14 ataques contra os indígenas entre dezembro e janeiro; oito deles já em 2024. Esses eventos refletem um padrão de violência que demanda uma atenção imediata. A invasão dos territórios indígenas e a violação de seus direitos fundamentais são desafios persistentes que clamam por ações concretas e respostas eficazes das autoridades, além da implementação de políticas públicas que visem proteger e fortalecer as comunidades indígenas.

Em 14 de dezembro de 2023, o Congresso Nacional derrubou, em sessão conjunta, a maior parte dos vetos de Lula ao Projeto de Lei 2903/2023, dentre eles o trecho relacionado à tese do marco temporal. A proposta, que agora vigora como Lei 14.701/2023, impulsionou ainda mais fazendeiros, empresários e políticos contrários à causa indígena a investirem contra as comunidades indígenas, na tentativa de expulsar as famílias da posse de suas terras tradicionais. Para isso, usam de truculência e violência.

No dia 21 de dezembro, o cacique do povo Pataxó Hã-hã-hãe, Lucas Santos Oliveira, de 31 anos, foi assassinado em uma emboscada, quando retornava da cidade de Pau Brasil (BA), em companhia do seu filho para a sua Aldeia Caramuru Catarina Paraguassu. Os assassinos estavam em uma moto, e até agora não se tem muitas informações dos motivos e dos suspeitos.

Já no dia 29 de dezembro de 2023, um grupo de famílias Pataxó da comunidade Itacipiera, no município de Trancoso (BA), foi atacado por homens armados, destruindo parte da comunidade, queimando motos e eletrodomésticos pertencentes aos indígenas. A ação ocorreu na tentativa de expulsar as famílias da área que ocupam. Na ocasião, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) conduziu as famílias até a sede da Polícia Federal (PF) em Porto Seguro, para registrar boletim de ocorrência. O caso segue acompanhado pela procuradoria do órgão indigenista do Estado.

Neste mesmo dia, um empresário adentrou a Aldeia Tibá, ameaçando mulheres e crianças após os indígenas terem proibido a extração de areia para comercialização na Vila de Cumuruxatibá e região. A extração, realizada pelo empresário dentro da Terra Indígena Comexatibá, estava afetando as nascentes de dois rios que abastecem o território e a Vila de Cumuruxatibá. Acompanhados de um servidor da Funai, os indígenas registraram boletim de ocorrência na delegacia de Polícia Civil de Prado (BA).

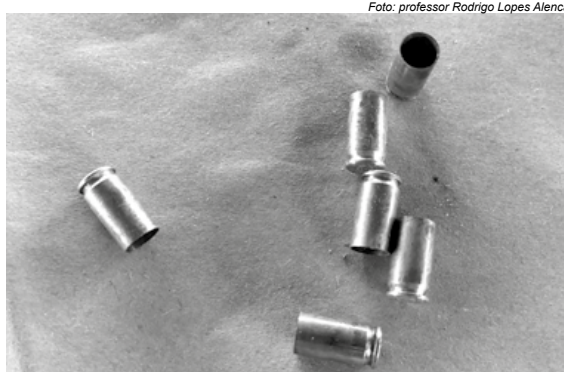
Na primeira semana de 2024, no dia 5 de janeiro, um fazendeiro da região, acompanhado por um grupo de pessoas não identificadas pelos indígenas, tentaram quebrar o cadeado que dá acesso a uma área de retomada na região do Monte Pascoal, nas proximidades da Aldeia Jitaí. A área de posse das famílias Pataxó só não foi invadida devido à ação rápida das lideranças Pataxó.

Três dias depois, em 8 de janeiro, os Pataxó da Aldeia Quero Ver foram surpreendidos com a presença de policiais militares da Força-Tarefa, dentro da área de mata da comunidade, sem o consentimento do cacique e suas lideranças. O caso foi denunciado ao comando da Polícia Militar (PM) na região e à Secretaria de Justiça do estado da Bahia.

No dia seguinte, 9 de janeiro, em uma área próxima à Aldeia Trevo do Parque, foi encontrado o corpo do indígena Ademir



Território tradicional Caramuru-Catarina Paraguassu



Cápsulas de bala encontradas na aldeia Kriimpej, do povo Kanela do Araguaí, após ataque armado

Machado Reis. Além de morador da Aldeia Trevo do Parque, tinha laços familiares na Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguassu, em Pau Brasil (BA). Na ocasião, as lideranças relataram que Ademir sofria de distúrbios mentais. A Polícia Civil de Itamaraju investiga o caso.

No começo da noite do dia 10 de janeiro, os Avá Guarani – da retomada Y’Hovy, próxima ao Tekoha Y’Hovy e dentro dos limites da Terra Indígena (TI) Tekoha Guasu Guavira, no oeste do Paraná – foram atacados, mais uma vez, por fazendeiros e capangas da região. O episódio ocorreu poucos dias após as primeiras investidas, nos dias 23 e 24 de dezembro de 2023. Esse último ataque deixou quatro indígenas feridos – entre eles um líder espiritual, uma mulher e dois homens. Além disso, animais da comunidade também foram atingidos pelos disparos de arma de chumbo. A Polícia



Pelo menos 200 fazendeiros cercam retomada Pataxó no Sudoeste da Bahia

Federal (PF) foi acionada pelos indígenas, no entanto os agentes não chegaram a tempo de socorrê-los nem prestaram a devida assistência.

Desde o dia 23 de dezembro, já nas festividades do Natal, fazendeiros criminosos, com seus capangas, passaram a invadir e destruir os pertences dos indígenas, que vivem em barracos em seu território originário. De acordo com as lideranças Guarani, os fatos ocorreram nos dias 23, 24 e 25, dia de Natal, pela manhã. Os indígenas relatam que pessoas dispararam com armas de fogo e atearam fogo em casas, queimaram seus pertences e roubaram motocicletas e outros pertences.

Na madrugada do dia 12 de janeiro, o povo Kanela do Araguaia, da aldeia Kriimpej, localizada na gleba federal Tapirapé I, em Luciara, Mato Grosso, sofreu um ataque a tiros empreendido por dois homens armados. No dia anterior ao atentado (11), os indígenas foram ameaçados pelo arrendatário que aluga uma área de pastagem sobreposta à terra indígena. O episódio foi registrado pela comunidade em Boletim de Ocorrência à Polícia Civil (PC). “Por volta das três horas da manhã pistoleiros dispararam rajadas de tiros em direção às casas. As barracas ficaram peneiradas de balas”, conta uma das moradoras da aldeia Kriimpej. Nove pessoas se encontravam no local no momento da investida. Ninguém ficou ferido. Segundo a liderança, apesar do recente atentado, as ameaças são constantes e se tornaram mais frequentes após a retomada da terra indígena em outubro do ano passado.

No dia 16 de janeiro, Roberto Bráz Ferreira foi encontrado sem vida no interior de sua residência na Aldeia Barra Velha, com sinais de golpes de machado, em várias partes do seu corpo. O indígena Pataxó de 46 anos exercia a profissão de artesão. O caso é acompanhado pela Polícia Civil de Trancoso, na Bahia. As lideranças indígenas relatam não saber qual a motivação, ou se há algum suspeito pelo ocorrido.

No mesmo dia, 16 de janeiro, um ancião do povo Xavante foi surpreendido por fazendeiros e conduzido à delegacia enquanto pescava em área contígua à aldeia Serra Nova, na Terra Indígena (TI) Areões 3, no município de Água Boa, Mato Grosso (MT). Segundo os indígenas, a comunidade estava se preparando para a Tora de Buriti quando o ancião foi surpreendido por policiais que, seguindo a ordem de um fazendeiro da região, que o acusou de ter matado um gado da fazenda, e foi levado sob custódia sem mandado judicial. O indígena permaneceu por oito horas na delegacia sem poder se



Foto: Verônica Holanda/Cimi



Foto: Diego Pellizari/Cimi

Manifestação pela demarcação das terras Avá Guarani, em Guaira

alimentar e beber água, sendo liberado apenas no final da tarde, quando pôde retornar à aldeia. A TI Areões 3 está localizada em um território ancestral de suma importância para o povo, porém há décadas vem sofrendo com invasões e ameaças dos fazendeiros, que tentam de todo modo ocupar a área e expulsar os indígenas da região.

Na tarde do dia 21 de janeiro, um grupo de indígenas do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, que estavam na posse de uma área rural dentro de uma parte reivindicada do território tradicional Caramuru-Catarina Paraguassu, no município de Potiraguá, no Sudoeste da Bahia, foram atacados por um grupo de supostos fazendeiros e pistoleiros fortemente armados. O ataque ocorreu por pelo menos 200 fazendeiros sem que houvesse qualquer decisão judicial de reintegração de posse da fazenda Inhuma. Como resultado desta ação criminosa, Maria Fátima Muniz de Andrade Pataxó Hã-Hã-Hãe, conhecida como Nega, foi assassinada a tiros na retomada. Os disparos de armas de fogo contra os indígenas resultaram ainda em vários feridos, pelos menos três confirmados. Os policiais que acompanhavam a ação violenta, presentes com os fazendeiros, assistiam sem prestar socorro.

Em pouco mais de 30 dias (21 de dezembro a 21 de janeiro), foram registradas pelo menos 14 investidas contra os povos indígenas da Bahia, Mato Grosso e Paraná. Oito delas apenas nos primeiros 21 dias de janeiro. A situação demonstra a necessidade de que os direitos territoriais reivindicados pelos povos indígenas sejam analisados e garantidos de forma rápida e efetiva.

Não é preciso investigar muito para descobrir quem são os cabeças pensante deste “poder paralelo”, desta milícia armada que se instala nos estados brasileiros, em especial na Bahia (onde ocorreram oito dos 14 ataques), da ligação destes com os atos antidemocráticos que se espalhou pelo país e que abertamente e sem nenhum pudor ou medo de punição convocam ações ilegais contra os indígenas, trabalhadores sem-terra entre outros, pois tem plena convicção que não serão penalizados. Alguém pode explicar este sentimento de impunidade?

O Cimi manifesta solidariedade aos familiares e amigos dos indígenas assassinados, e reafirma seu compromisso junto aos povos na luta pela demarcação de seus territórios tradicionais. Exige ações mais enérgicas por parte das autoridades federais, para evitar que novas ações violentas sejam orquestradas contra os povos, ao mesmo tempo em que cobra que os agressores e mandantes sejam identificados e responsabilizados por todos os danos individuais e coletivos causados aos indígenas.

Arrendamentos e violências persistem em terras e comunidades Kaingang no Rio Grande do Sul

Nas últimas décadas, a negligência governamental possibilitou o aprofundamento da prática ilegal e, em torno dela, fomentou-se também a exclusão, o esbulho territorial e a violência contra famílias indígenas

Por Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Sul

As violências contra os povos indígenas têm sido contínuas e brutais ao longo de todo o processo de colonização em nosso país. O esbulho dos territórios indígenas é sistêmico, afeta de forma generalizada e organizada as comunidades, fragilizando o acesso aos direitos fundamentais à terra e ao seu usufruto exclusivo, destruindo a natureza e seus mananciais hídricos e ecológicos.

Os ambientes sociais, econômicos, políticos e culturais existentes no entorno das áreas indígenas são adversos e desencadeiam, nos territórios, insegurança e falta de perspectivas de vida e de futuro. Na Região Sul do Brasil, os povos Kaingang, Mbya Guarani, Avá Guarani, Xeta, Charrua e Xokleng, sobreviventes dos massacres promovidos pelo Estado e por particulares, têm, em seus corpos e espíritos, feridas que continuam abertas.

Ao longo do século passado, os agentes do Estado, através do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), promoveram a remoção forçada e o confinamento de famílias e comunidades indígenas em espaços ínfimos – nas reservas – verdadeiros campos de concentração e tortura.

Eles desvirtuaram as formas organizativas dos povos e introduziram estruturas de poder e comando – aos moldes dos regimentos militares – e, através dessa manipulação, buscaram controlar os indígenas e submetê-los aos interesses econômicos. Toda a estratégia estatal foi direcionada à dizimação e à integração dos originários habitantes do Brasil. Não havia alternativa a não ser habituarem-se às práticas dos opressores.

O indigenismo estatal, além de controlar os corpos e as almas, apropriou-se das terras e dos recursos econômicos nelas existentes. Através de ameaças, aprisionamentos, espancamentos e torturas, obrigaram os indígenas a trabalhar na derrubada das florestas e na abertura de lavouras, em seguida negociadas com arrendatários.

A Constituição Federal de 1988 rompeu com a lógica integracionista, afastando a tutela e determinando que o Estado passasse a adotar relações de respeito para com os povos indígenas, assegurando-lhes o direito às diferenças. Garantiu também o direito às terras tradicionalmente

ocupadas como originário, inalienável, indisponível e imprescritível. Com isso, a Constituição assegurou o direito dos povos ao usufruto exclusivo das suas terras e definiu como ilegal a prática do arrendamento.

Nas últimas décadas, a negligência governamental e dos órgãos de controle possibilitou o aprofundamento da prática ilegal do arrendamento e, em torno dele, fomentou-se também a exclusão, o esbulho territorial e a violência contra famílias indígenas. Nesse modelo de gestão ilegal das terras tradicionalmente ocupadas, funciona o sistema privado de uso da terra e a estruturação de cacicados cruéis e perversos, que reproduzem as chefias militares para exercício do poder interno. Famílias Kaingang – que vivem nas reservas – encontram-se amedrontadas, em pânico, pelo ambiente de guerra.

Nesse contexto, faz-se necessário e urgente, nos termos da legislação vigente, a identificação e a punição de arrendadores e arrendatários e daqueles que promovem ataques às pessoas e seus bens no interior de terras indígenas da região.

Concomitante às investigações e responsabilizações penais dos agressores, os órgãos públicos, amparados pela legislação, devem buscar meios administrativos e jurídicos para intervir nas áreas onde há a conflagração dos atos de violência, a exemplo do que ocorre, neste período, em Cacique Doble. Torna-se insustentável a vida em ambientes onde a violência impera como norma. Essa prática não é cultural e muito menos se pode justificar as ações de grupos criminosos e milícias armadas – de indígenas e não-indígenas – como se fossem componentes dos costumes e tradições do povo Kaingang.

É indispensável a reflexão, a construção e a implementação de políticas públicas específicas e diferenciadas de apoio e fomento às comunidades indígenas no Brasil, visando a garantia do direito ao usufruto exclusivo das terras, com enfoque na produção de alimentos e na garantia de renda às famílias indígenas nos seus territórios.

O Cimi Regional Sul se coloca a serviço e no apoio aos povos indígenas, pela garantia de seus direitos fundamentais à terra como um bem a que todos tenham acesso, bem como se posiciona veementemente contra as práticas de esbulho através dos arrendamentos e repudia todas as formas de violência contra a vida e o patrimônio indígena.



Foto: Hellen Loures/Cimi

Fotos: Maiara Dourado/Cimi



Aldeia Linha 26, na Terra Indígena Igarapé Lage, do povo Oro Wari



Aos poucos, grandes empreendimentos agrícolas invadem a paisagem do lugar



Crianças da Aldeia Linha 26,

QUINTAIS INVADIDOS PELA SOJA

AGRONEGÓCIO ALARGA FRONTEIRA

SOBRE TERRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA

Com a pressão para abertura e expansão de novas fronteiras agrícolas na região, cresce o cerceamento sobre territórios dos povos indígenas do estado de Rondônia, que hoje se deparam com a soja na porta de suas casas

Por **Maiara Dourado**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Há cerca de um ano, o povo Oro Wari das Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lage e Igarapé Ribeirão convive com a soja quase que a adentrar o quintal de suas casas. O avanço paulatino do grão sobre esses territórios indígenas, ambos localizadas entre os municípios de Guajará Mirim e Nova Mamoré, em Rondônia, tem sido empreendido de forma sorrateira e ardilosa, pois é aos poucos e por suas margens que grandes empreendimentos agrícolas invadem a paisagem do lugar.

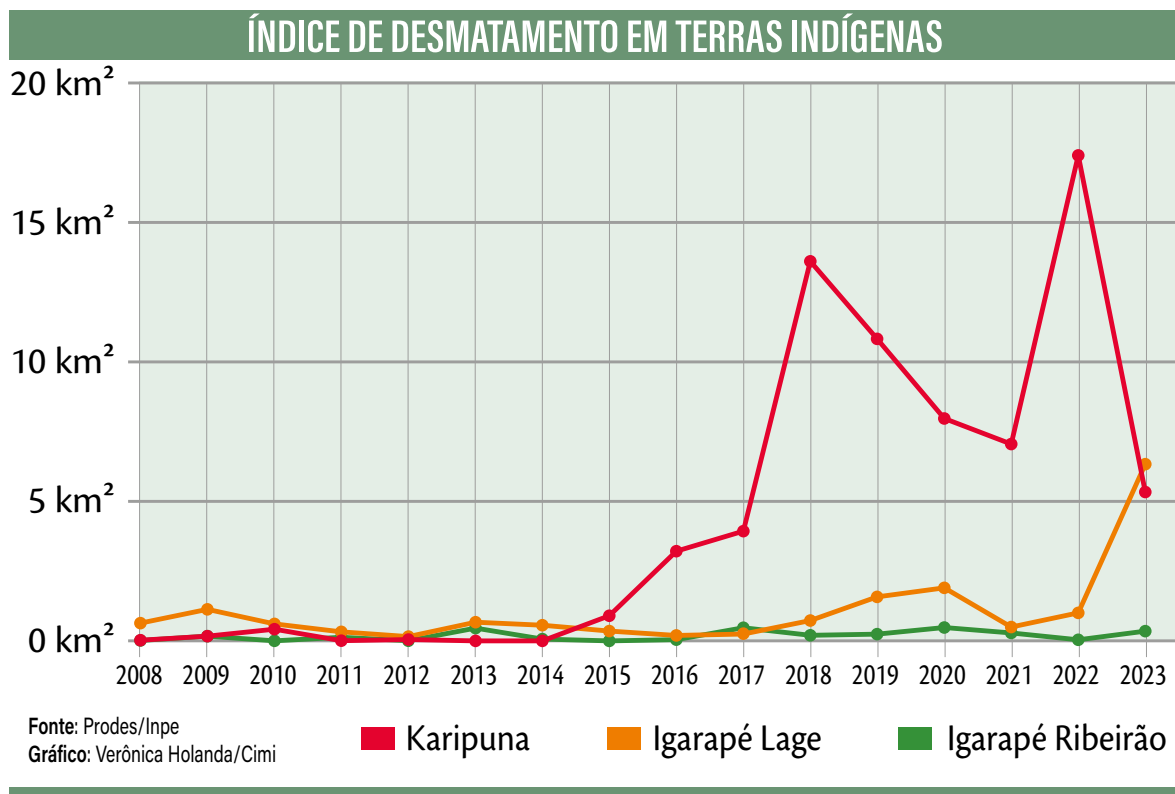
As plantações, antes inexistentes na escala em que vem sendo cultivadas hoje, tomam lugar de áreas de pastagem ocupadas, até pouco tempo atrás, por algumas centenas de cabeças de gado. No entorno, ainda dá para encontrar algumas dessas fazendas em que o gado se espreme para ficar debaixo das pequenas e apertadas sombras feitas pelas copas dos pés de babaçu, que ainda resistem em existir em meio ao pasto.

“Essa parte aqui era só capim, aí a gente via também os pés de babaçu. Hoje, a gente não vê mais nada”, lembra Carlos Oro Waram Xijein, liderança e professor da aldeia Lage Novo, uma das dez que integram a TI Igarapé Lage. O nada ao qual Carlos se refere é a soja que, ao seu ver, esteriliza a paisagem da floresta ao vazio do desmatamento, que não só se avizinha de seu território, mas o desmata e invade.

“Tem partes [do território] que a soja entrou mais de 60 metros”, conta Carlos mostrando o limite justo que a plantação faz com a terra indígena no local onde é sua entrada. “Neste lugar onde nós estamos tinha um portão que os parentes colocaram aqui para não entrar as pessoas no tempo da pandemia. No ano passado [em 2022] veio a soja e o pessoal da soja tirou esses portões e não avisou a gente”.

Segundo a liderança da aldeia Lage Novo, o plantio do grão ultrapassou muito o limite da TI Igarapé Lage, demarcada em 1981 com 107.321 hectares. Um avanço que se revela progressivo e que se apresenta, aos olhos das comunidades Oro Wari, “de pouquinho em pouquinho”, tal como se evidenciam as taxas de desmatamento obtidas via satélite pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Os dados registrados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite



(Prodes) do INPE indicam um aumento significativo de áreas desmatadas na TI Igarapé Lage entre os anos de 2022 e 2023, período que coincide com o avanço da soja relatado pelos indígenas.

Nesse período, o desmatamento sextuplicou na TI Igarapé Lage. Os índices saltaram de 1,01 km² em 2022 para 6,32 km² em 2023, uma taxa diminuta

se comparada com os dados anuais de outras áreas indígenas que sofrem há mais tempo com a invasão de terras. Mesmo assim, o número é expressivo, o maior desde 2008, quando as taxas de desmatamento da terra indígena beiravam a zero - 0,64 km² naquele ano. Hoje, a TI Igarapé Lage possui um total de 16,98 km² de área desmatada.

Fotos: Maiara Dourado/Cimi



Pacoa Mariele Oro Wari



Valdito Oro Eo, cacique da aldeia Lage Velho



Crianças da Aldeia Linha 26, da Terra Indígena Igarapé Lage



da Terra Indígena Igarapé Lage



Família da Pacao Mariele Oro Wari



O Rio Komi-Memen, rio Lage, guarda em suas águas, para além de um valor material, dado que são nelas que se banham e extraem seus alimentos, uma importância espiritual para o povo Oro Wari

De pouquinho em pouquinho

Na aldeia Ribeirão, que integra uma das cinco aldeias da TI Igarapé Ribeirão, a soja avança de maneira ainda mais furtiva. “Os grandes fazendeiros estão ultrapassando de 10 a 20 metros de distância para dentro da terra indígena. Ela não está 100% invadida, mas a gente vê que ela [a terra indígena] está começando a ser invadida pela lateral”, afirma Francisco Oro Mon, liderança da aldeia Ribeirão, sobre a incipiente, mas preocupante ameaça invasora.

Hoje, a TI Igarapé Ribeirão apresenta, em sua totalidade, uma perda de 2,92 km² de floresta nativa. Segundo dados do Prodes, uma das terras indígenas com menor índice de desmatamento, 0,07% de sua área total. Mas essa é uma realidade que pode mudar caso o monocultivo da soja siga avançando, uma vez que os fazendeiros se sentem cada vez mais autorizados a entrar e invadir terras indígenas.

“A gente está vendo o que está acontecendo, que os limites da terra indígena não são mais aqueles que foram no começo, quando foi demarcada. A gente está perdendo, de pouquinho em pouquinho, esses limites, cada vez mais se perde um pouquinho de terra. A gente vê que diminuiu a terra indígena”, conta Francisco ao se referir aos limites invadidos da TI Igarapé Ribeirão, demarcada em 1982 com 48 mil hectares.

Apesar de recente e ainda em curso, o avanço das plantações de soja sobre as terras indígenas no estado de Rondônia preocupa as comunidades Oro Wari, que embora nunca tenham convivido tão de perto com a presença da soja, conhecem e tem consciência das consequências e dos estragos produzidos pela monocultura predatória, sendo a invasão apenas uma delas.

“A gente não sabe se amanhã ou depois de amanhã [a soja] pode avançar mais. Eu tenho preocupação com isso porque está aumentando o desmatamento em nosso território” explica Carlos, que assim como Valdito Oro Eo, cacique da aldeia Lage Velho, também da TI Igarapé Lage, teme os impactos dessa aproximação.

“Eu nunca pensei que um dia a soja pudesse chegar aqui. Eu escutava falar de soja para lá, em Mato Grosso, de Cuiabá para lá”, conta Valdito, para quem a soja era uma realidade distante, restrita aos noticiários de TV e manchetes de jornais. “Mas de repente [a soja] aparece bem na porta da casa”, pondera Jessé Oro Waram, morador da aldeia Lage Novo.



Jessé Oro Waram, morador da aldeia Lage Novo



Francisco Oro Waran, liderança da aldeia Lage Velho



Francisco Oro Mon, liderança da aldeia Ribeirão

Vem a soja, chega o veneno

Mas não é só a invasão e o desmatamento que preocupam as lideranças Oro Wari das TIs Igarapé Lage e Igarapé Ribeirão. Com a soja, vem o “veneno” os agrotóxicos comumente utilizados nesse tipo de cultura. E com ele, o risco da contaminação, hoje, uma das maiores preocupações do povo Oro Wari.

No trajeto às aldeias, fazendas com grandes pavilhões e aviões aportados em pistas de pouso despontam em meio ao mar verde do grão. No céu, os monomotores cruzam o horizonte a dispersar no ar o “veneno” que ameaça a vida do povo Oro Wari e a integridade dos rios e florestas que habitam.

Durante incursão por entre essas terras, realizada em dezembro de 2023 para produção desta reportagem, pode-se ver alguns desses aviões sobrevoar lavouras de soja que distam poucos quilômetros das aldeias. O rastro da fumaça tóxica deixado pelos aviões se alastra com os ventos e chuvas, que embora estivessem escassas na época em que lá estivemos - dada a seca que afligia a região amazônica - se fez abundante no ano anterior, em 2022.

“No ano passado [2022] choveu bastante e levou esses venenos para os igarapés que desaguam no rio Lage”, explica Carlos que já não mais confia nos alimentos e peixes retirados do principal rio da região, cujo percurso atravessa o território Igarapé Lage que abriga seu povo. Hoje, inclusive, os peixes não são mais encontrados na quantidade e frequência de costume.

Jessé, em uma de suas últimas pescarias, se assustou com tempo que levou para pescar um peixe. “Era final de semana, eu ia dar uma pescada e queria pegar pelo menos cinco traíras. Mas hoje para pescar está mais demorado. Você leva uma, duas horas para pegar pelo menos uma traíra. Antes não, você jogava [a isca] e pegava que nem piaba”, conta a liderança ao lembrar da fartura que, antes da chegada da soja, abundava no rio.

O aspecto do rio Komi-Memen, nome que tradicionalmente utilizam para se referir ao rio Lage, também

tem mudado com a pulverização de agrotóxicos nas proximidades. “É muito veneno”, a ponto de deixar o rio igual “leite”, relata Francisco Oro Waran, liderança da aldeia Lage Velho e, hoje, vereador (PSB) pelo município de Guajará Mirim.

“Isso é uma contaminação que veio da soja. Os grandes fazendeiros passaram veneno e esse veneno caiu no rio Komi-Memen”, que guarda em suas águas, para além de um valor material, dado que são nelas que se banham e extraem seus alimentos, uma importância espiritual para o povo Oro Wari.

“Ali vivem os nossos ancestrais, os que já se foram. Meus pais, meus avôs me contaram que a água é uma casa para nós”, explica Francisco Oro Waran. Não à toa, se sentem invadidos com a soja tomando o leito, as margens e as profundezas do rio que lhe são morada. Foi movido por esse sentimento que Francisco Oro Waran propôs e aprovou, em 2023, em sua legislatura, a lei 2.579/2023, uma lei municipal que busca garantir, pela primeira vez no Brasil, os direitos legais de um rio.

A medida inédita reconhece ao rio Lage, que desemboca no rio Madeira e, por sua vez, no rio Amazonas, o direito a existir em seu “fluxo natural” e em “condições físico-químicas adequadas ao seu equilíbrio ecológico”. Em seu conteúdo admite ainda as recentes ameaças sofridas pelo rio ao considerar “as invasões de grileiros, desmatamento e avanço de monoculturas” na região.

Nessas circunstâncias, a iniciativa de Francisco, legitimada pela comunidade Oro Wari, se mostra uma reação ao contexto de invasões e contaminações produzidas pelo avanço do agronegócio, a seu ver, uma forma de lutar pela manutenção de sua casa. “O veneno já chegou, os peixes estão morrendo, nossas matas estão desaparecendo e os nossos alimentos nativos estão cada vez mais desmatados. Então quem vai lutar por nós? Somos nós mesmos. E hoje nós temos essa lei”, considera o parlamentar indígena.



Avanço paulatino do grão sobre os territórios indígenas

Amacro: o voucher para invasão

Somente em 2022, a “nova fronteira do desmatamento na Amazônia” foi responsável por 36% do desmatamento na Amazônia Legal

Por **Maiara Dourado**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

A chegada da soja na região de Rondônia e o avanço da monocultura sobre as terras Oro Wari decorrem de um processo de regionalização econômica que busca ampliar a produção agropecuária na tríplice fronteira dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia. A Amacro - sigla formada pelas iniciais dos três estados e nome pelo qual convencionou-se chamar a Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (ZDS Abunã-Madeira) - foi criada em 2021, sob a guarda do governo de Jair Bolsonaro, com o intuito, como consta em suas publicações⁽¹⁾ oficiais, de “conciliar sustentabilidade e desenvolvimento da Amazônia”.

Contudo, o projeto que estampa em seu nome o chamariz do “desenvolvimento sustentável”, esconde em sua estrutura o avesso do que a palavra assente. Isso porque suas ideias de sustentabilidade se realizam por meio de ações desenvolvimentistas baseadas no desmatamento das florestas, na liberação de terras públicas e áreas protegidas e na ampliação da infraestrutura para o desenvolvimento do agronegócio.

Considerada “a nova fronteira do desmatamento na Amazônia”, a Amacro foi responsável, segundo levantamento⁽²⁾ do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), só em 2022, por 36% do desmatamento na Amazônia Legal. Os dados, publicados em abril do ano passado, chamam a atenção ainda para os riscos que se impõem sobre unidades de conservação e terras indígenas, que apesar de responderem por apenas 6% de toda a área desmatada na Amazônia Legal, se tornam alvo crescente da nova fronteira agrícola que busca se expandir sobre a região amazônica.

A Amacro congrega em sua extensão 32 municípios dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia e se sobrepõem a 93 unidades de conservação e a 49 terras indígenas. Um total de 24,4 milhões de hectares de terra que parecem atizar a cobiça de invasores e grileiros que vêm na terra pública, um vazio a se apropriar e colonizar. Para o professor Afonso Chagas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que estuda a regionalização da Amacro desde sua criação, “a invasão é a grande investida da Amacro sobre territórios indígenas e unidades de conservação”, principalmente no estado de Rondônia.

“Há todo um desmonte no entorno das áreas indígenas que pode se dar tanto pela aprovação de leis, ou tentativas de aprovação de leis, como pela leniência do Estado em não fazer fiscalização e não regularizar e destinar corretamente essas áreas”, explica. De acordo com o Imazon, na Amazônia há 143 milhões de hectares de terra sem destinação fundiária, dos quais 43% (ou seja, 61 milhões de hectares) possuem prioridade para conservação.

A invasão, nesses casos, funciona como “uma barreira de contenção para que novas áreas públicas que estão em processo de reconhecimento não venham a ser reconhecidas. É uma espécie de voucher, uma autorização não institucionalizada para que os intermediários



Dentro da TI Karipuna é possível ver a placa fincada pelos invasores com os dizeres “Por favor, não mexa na minha madeira”

[madeiros, grileiros] possam invadir terras indígenas e se apropriar delas a partir das suas margens”, explica Chagas.

O relato do povo Oro Wari das TIs Igarapé Lage e Igarapé Ribeirão denota bem o início desse processo, uma vez que é pelo entorno e pelas margens de suas terras que a invasão do agronegócio vem, pouco a pouco, tomando impulso. A já conhecida vizinhança da pecuária e a formação de grandes áreas de pasta-

gens, hoje substituída pela soja, próximo aos territórios Oro Wari revelam também um importante evento da investida da Amacro sobre suas terras.

Em um processo de consolidação dessas fronteiras agrícolas, a pecuária é a atividade que “mantém a fronteira aberta, porque a pecuária aqui [em Rondônia] exige muita terra desmatada, e terras públicas ainda não homologadas ou não destinadas, para forçar, de forma clandestina ou ilícita, os próprios órgãos [do Estado] a contornar essa situação. É uma forma de pressionar o governo federal a regularizar, ilegalmente, áreas apropriadas”, explica o professor da Unir.

Mas não é só clandestinamente que o agronegócio arranca sobre as terras indígenas. Desde 2021, a Assembleia Legislativa e o Governo estadual de Rondônia têm se empenhado, mais expressivamente, para que o caminho das leis abra espaço para criação de novas fronteiras agrícolas na região amazônica.

Para isso, tem se amparado em medidas legais - e não legais - para descaracterizar e desafetar áreas protegidas como a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, que em 2021, foi alvo de um projeto de lei que buscava diminuir radicalmente seus limites. O projeto, proposto pelo governador do estado, Marcos Rocha (União Brasil), recomendava uma redução de 78% de sua área, o que implicaria em uma diminuição de 197 mil hectares para 45 mil hectares.

A lei chegou a ser sancionada pelo governador de Rondônia, mas o Ministério Público Federal (MPF) barrou e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO) julgou por sua inconstitucionalidade. A decisão, contudo, não foi suficiente para desacelerar o processo de invasão na reserva, hoje, tomada, quase em sua totalidade, por gado e pasto. Segundo a InfoAmazonia⁽³⁾, com base nos dados da Plataforma MapBiomas, 74% da reserva está ocupada pela atividade agropecuária, o que levou à consequente redução da área de floresta em 25% de sua área total.



“Aquilo que não foi queimado, está queimado, aquilo que não foi derrubado, está derrubado”, diz André Karipuna, cacique da TI Karipuna

1 <https://www.gov.br/sudam/pt-br/release-amacro>

2 <https://www.google.com/url?q=http://marte2.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/marte2/2023/05.14.23.28/doc/156187.pdf&sa=D&source=docs&ust=1707251766272013&usg=AOvVaw2CeTKv-ZvQAKbVVrqLZ6k6>

3 <https://infoamazonia.org/2024/01/16/agropecuaria-ilegal-triplice-em-10-anos-na-resex-jaci-parana-em-rondonia/>

Um lugar sem paz

Além da Resex Jaci-Paraná e dos territórios Oro Wari, uma outra área protegida se vê ameaçada pelo cenário de devastação consolidado pela Amacro. Localizada do outro lado da margem do rio Jaci Paraná, cujo o fluxo divide seu território com a área da Resex, encontra-se o Terra Indígena Karipuna, cujo território “hoje, está todo ameaçado, todo mexido” relata André Karipuna, cacique da TI Karipuna, que explica que “aquilo que não foi queimado, está queimado, aquilo que não foi derrubado, está derrubado”.

Em 2022, a TI Karipuna, localizada no município de Jaci-Paraná, em Rondônia, foi considerada a TI mais desmatada⁽⁴⁾ dentre as 69 terras indígenas localizadas no entorno da rodovia BR-319, que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM).

Os dados de 2022 produzidos pelo relatório do Observatório da BR-319, demonstraram que o projeto de reconstrução da rodovia, retomado na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e que integra parte do pacote de destruição da Amacro, é um dos principais fatores do crescente desmatamento da floresta amazônica.

Para o professor Afonso Chagas, a destruição se deve a especulação fundiária que se cria no entorno dessas rodovias, onde há um importante número de terras indígenas e unidades de conservação sobre a mira da cobiça do invasor. “Hoje, as rodovias, as estradas são a sinalização da morte para os territórios indígenas. Ou seja, todas as desgraças chegam pelas estradas e não mais pelos rios”, considera.

No caso do povo Karipuna, há anos os infortúnios da invasão se acumulam no território. Desde 2017, a comunidade denuncia, mês a mês, as invasões sofridas. Mas, nem mesmo as insistentes denúncias tem conseguido frear o avanço das invasões sobre território Karipuna, hoje tomado por madeireiros e grileiros de terras.

A implementação de fiscalizações periódicas no território tem ajudado, mas não chega a constranger os invasores. A medida determinada judicialmente após ingresso de uma Ação Civil Pública (ACP), em 2018, pelo Ministério Público Federal (MPF) de Rondônia, obrigou,

⁴ <https://infoamazonia.org/2023/02/28/terra-indigena-karipuna-e-a-mais-desmatada-no-entorno-da-br-319/#:~:text=O%20desmatamento%20no%20territ%C3%B3rio%20Karipuna,as%20investiga%C3%A7%C3%B5es%20da%20Pol%C3%ADcia%20Federal.>



Katicá Karipuna há anos sofre com os infortúnios da invasão que se acumulam no território

no ano passado, a União, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o estado de Rondônia a implantar um plano de ações continuadas para proteção territorial da TI Karipuna. A decisão ordenava fiscalizações com uma frequência mínima de dez dias e com um número não inferior a 15 pessoas.

Durante a visita da reportagem à TI, em dezembro do ano passado, um grupo de agentes da Funai e do Batalhão da Polícia Militar Ambiental realizava diligência na área. Na ocasião, prenderam dois homens que realizavam pesca ilegal, fazendo o uso de rede, o que durante a piracema, período de reprodução e migração dos peixes, é proibido. Não mais que cinco agentes faziam a operação, menos da metade do que foi determinado pela decisão derivada da ACP.

O plano, nesse sentido, tem se mostrado insuficiente mediante a persistência das invasões e a insolência dos madeireiros, que não só invadem e desrespeitam os limites territoriais indígenas, como os afrontam agindo como

dono das terras. Ao percorrer alguns quilômetros dentro da TI Karipuna a partir de sua entrada, é possível ver a placa fincada pelos invasores com os dizeres “Por favor, não mexa na minha madeira”, bem como o vestígio da invasão deixado por uma casa, hoje desativada, construída, sem embaraços, dentro da terra indígena.

A afronta dos invasores somadas às ações esporádicas e espaçadas da Funai e Ibama junto as forças policiais garantem a continuidade das ações criminosas. Para André Karipuna, cacique da TI, “a Funai está fazendo o que pode, porém, não é o suficiente, porque tem muito grileiro, tem muito madeireiro, e a terra é muito grande, e a equipe da Funai é pequena, a equipe de fiscalização é muito pequena. Tem que ter recurso, e eles estão sem recurso suficiente para fazer o trabalho”, esclarece.

Para os Karipuna, o problema das invasões só será resolvido com uma medida de fiscalização permanente por meio da criação de uma base de proteção territorial fixada na terra indígena, uma vez que esse é um problema que se estende desde antes de sua demarcação, homologada em 1998 com 153 mil hectares. Durante o processo de demarcação da TI Karipuna, 40 mil ha da área reivindicada pelo povo ficou de fora. “Segundo o governo, [o corte] para evitar a grilagem de terra, porque naquele tempo já tinha invasão, então cortaria a nossa terra para dar para os pequenos agricultores, para os fazendeiros, para minimizar [a grilagem]. Mas isso não aconteceu. Foi aí que começaram as invasões neste território, neste pedaço que hoje a gente está. Isso fortaleceu os grileiros”, relata André.

Durante os anos de governo Bolsonaro, os invasores se empoderaram ainda mais com a implementação da Amacro. Segundo dados do Prodes, mais de 60% da perda florestal da terra indígena Karipuna - isto é, 43,27 km² dos 70,93 km² de área total desmatada - ocorreram entre 2019 e 2022, período em que esteve vigente a gestão anti-indígena do ex-presidente.

Contudo, ainda que com dados de desmatamento inferiores ao período de governo bolsonarista - em 2023 o desmatamento em terra Karipuna caiu de 17,41 km² em 2022 para 5,34km² em 2023 - os problemas de proteção e fiscalização territorial seguem ainda curso, neste governo. Isso porque “o desmonte dos órgãos ambientais permanece, o desmonte dos órgãos de regularização fundiária permanece e há pouco ou baixo controle de fiscalização ambiental”, o que tem gerado um verdadeiro caos fundiário em Rondônia, atesta Chagas.

Nesse sentido, “infelizmente, nós não tivemos uma prática do Estado brasileiro no ano de 2023 que nos desse segurança suficiente para afirmar que esses processos de regionalizações da Amacro pudessem ser contidos. Pelo contrário, todos os projetos de infraestrutura pensados pela Amacro continuam em vigor”, afirma o professor.

O fato é que para o povo Karipuna, independente de governo, as invasões nunca cessaram. “Nesse tempo todo, a gente nunca teve paz. Paz, que eu digo, é estar sossegado, ter sua liberdade. Isso nós nunca tivemos”, constata André, que mesmo “cansado de mexer com tanto papel” segue a denunciar e a reivindicar a proteção de seu território, mas principalmente esperar pelo tão almejado sossego de estar em casa.

Em janeiro deste ano, os indígenas localizaram a abertura de uma clareira⁽⁵⁾ nos arredores da estrada que dá acesso à cidade, impedindo a livre circulação dos Karipuna que querem entrar e sair de seu território. A invasão foi denunciada pelas lideranças da aldeia, que na busca por sossego em suas terras, tem realizado um trabalho de monitoramento próprio, por meio de drones, a fim de identificar focos de desmatamento no território. Foi a forma que os indígenas encontraram de “não deixar a porta aberta para os inimigos”.



O vestígio da invasão deixado por uma casa, hoje desativada, construída, sem embaraços, dentro da terra indígena

⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/indigenas-karipuna-denunciam-aumento-de-invasores-em-sua-terra>

Um ano após o decreto de emergência, povo Yanomami continua em estado crítico de saúde e a persistência do garimpo em seu território

Números, depoimentos e imagens ainda evidenciam corpos e rostos doentes, situação sanitária calamitosa e o retorno da invasão garimpeira

Por Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte 1

Após um ano do início da operação do Governo Federal na Terra Indígena (TI) Yanomami com o objetivo de proteção territorial e da retomada da política de saúde, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta sua preocupação pela continuidade da situação crítica de saúde e a persistência do garimpo no território.

No dia 20 de janeiro de 2023, o Governo Federal publicou o Decreto 11.384/23, que instituiu o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami. No mesmo dia, o Ministério da Saúde declarou, por meio da Portaria GM/MS nº 28, Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

As medidas foram adotadas após a visita do presidente Lula ao estado de Roraima, acompanhado de membros de seu novo governo e na presença de lideranças indígenas da região. Eram necessárias diante da situação extrema em que viviam os povos Yanomami e Ye'kuana dentro de seu próprio território devido à intensa presença do garimpo e seus impactos sobre as comunidades e o ambiente. Ao mesmo tempo, era uma das primeiras medidas significativas que o novo governo adotava com relação aos povos indígenas.

Na ocasião, Lula se comprometeu com a retirada do garimpo e reiterou esse compromisso no mês de março durante a Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, realizada no Lago Caracaranã, na TI Raposa Serra do Sol. Entretanto, após um ano destas medidas, números, depoimentos de lideranças e outras pessoas, e imagens ainda evidenciam corpos e rostos de crianças doentes e desnutridas, uma situação sanitária calamitosa e o retorno da invasão garimpeira ao território.

A situação ganhou na época uma grande repercussão, mas vinha sendo denunciada de forma sistemática e documentada por organizações indígenas e aliados já nos últimos anos. A tragédia ocorrida no território nas décadas de 70 e 80, com o início da exploração e a primeira corrida do ouro, intensificou-se até o início dos anos 90. O maior conflito desse período foi o genocídio de Haximu, quando garimpeiros mataram 16 Yanomami de forma cruel e desumana. Até hoje, janeiro de 2024, parlamentares roraimenses utilizam de sua prerrogativa política para afirmar, de forma irresponsável e vil, que esse massacre não ocorreu.

Entre 2017 e 2022, após 30 anos da homologação da TI Yanomami, a presença do garimpo aumentou significativamente com a anuência, convivência e omissão do governo de Jair Bolsonaro, que atuou propositadamente para deixar que o garimpo tomasse conta do território e instalasse um cenário de terror e morte nas comunidades. Ao mesmo tempo, a política de atenção à saúde Yanomami, que por décadas passou por dificuldades no atendimento e gestão – apesar de experiências bem sucedidas que deveriam ser tomadas como exemplos –,



IV Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kuana, 2023

viveu durante o governo Bolsonaro o período de maior desmantelamento e opacidade. O atendimento era inviabilizado pela presença do garimpo e o que antes era ingerência, morosidade, corrupção ou incompetência, tornou-se opção política do governo.

O Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil com dados de 2022, publicado pelo Cimi, mostra o rastro de omissões do governo anterior, com o sistemático descumprimento de decisões jurídicas e uma omissão intencional na proteção da TI Yanomami.

O passado revisita o presente; e o que aconteceu nos últimos anos foi a escalada de um projeto de genocídio em curso.

O novo governo Lula precisava enfrentar essa situação de forma efetiva. Não havia tempo a perder. A atuação do governo na TI Yanomami sinalizaria seu compromisso com o enfrentamento do garimpo e de outras formas de invasão, também em outros territórios indígenas no país. O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou em agosto de 2020, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, que fossem adotadas medidas de contenção do avanço do Covid-19 em áreas indígenas com, inclusive, desintrusão de invasores nos territórios e, em 05 de maio de 2023, reforçando a ADPF, o Ministro Luiz Roberto Barroso determinou a obrigatoriedade do Governo em estabelecer medidas de proteção territorial e a retirada de invasores de sete terras indígenas.

No entanto, após um ano do início das ações de governo e apesar dos esforços de pessoas e profissionais engajados, a situação na TI Yanomami continua crítica. As medidas adotadas foram claramente insuficientes, não foram efetivas e não contaram com a articulação e o empenho necessários por parte de todas as instâncias do governo.

A desintrusão do garimpo exigia uma ação articulada e contundente, com a participação de diversos órgãos de governo e de Estado. Era necessário instalar medidas permanentes de estrangulamento da atuação garimpeira, com controle do espaço aéreo e do mercado de abastecimento dos principais insumos da atividade. Mas não foi isso que aconteceu, ou pelo menos, não aconteceu com a contundência e articulação que a situação requer.

Representantes do Governo Estadual e membros da elite política de Roraima fizeram sua incidência em alguns ministros do governo Lula, responsáveis pela operação, que chegaram a acreditar e externar publicamente que o garimpo tinha que ser parte da solução. Com isso, enviaram uma mensagem confusa e falaciosa que contribuiu com a manutenção do aliciamento de jovens, dificultando a procura necessária e urgente de alternativas sustentáveis e justas para toda a sociedade roraimense.

As Forças Armadas, como já ficou evidente, não acataram as diretrizes, não colaboraram em tudo o que lhes foi solicitado, não foram competentes no que lhes cabia e inclusive negaram acesso ao território a própria Hutukara Associação Yanomami (HAY) para realizar um sobrevoo de monitoramento do garimpo. Em algum momento, o Ministério da Defesa e o Exército deverão explicar por que o garimpo avançou nos últimos anos dentro da região de Surucucus, onde existe há muito tempo o 4º Pelotão de Fronteiras do Exército. “Eu pensei que o garimpo nunca fosse chegar a minha terra, pois lá é longe e tem quartel”, afirma uma liderança indígena da região.

Uma mudança no Decreto atribuiu, desde meados de 2023, as Forças Armadas a responsabilidade para as ações de repressão e o combate aos crimes na TIY.

Foto: Evilene Paixão / Hutukara

Após uma inicial força manifestada pela Operação Ágata Fronteira, o Exército alegou contínuas justificativas para a ausência de ações, enquanto ficava evidente a negligência da Aeronáutica no controle do espaço aéreo.

Segundo dados do governo, em junho de 2023, 80% dos invasores já tinham saído do território e a destruição ambiental foi significativamente reduzida. O que o governo não percebeu é que, sem a manutenção das medidas de contenção e sem a procura de alternativas, essa saída do território não seria definitiva. A rede de apoio e abastecimento ao garimpo instalada nas diversas vilas e municípios ao redor da terra indígena permaneceu quase intacta e a disputa de áreas de garimpo por parte de grupos milicianos e vinculados ao narcotráfico se mostra muito ativa.

Desde junho de 2023, organizações indígenas e entidades de apoio vêm alertando que o garimpo está retornando ao território Yanomami, diante da porosidade e inconsistência das medidas de desintração. Ele retorna com a mesma violência e impunidade. Estas informações foram sistematizadas em documentos que continuam sendo encaminhados para os órgãos competentes que abrem espaço para a interlocução e são apresentadas em audiências públicas, como a acontecida na sede do Ministério Público Federal (MPF) em Roraima, sobre a situação no Uraricoera, no dia 01 de dezembro de 2023.

Em relação ao atendimento à saúde, segundo as informações do próprio governo, em 2023 houve um investimento importante em recursos humanos e financeiros, com mais de 1 bilhão de reais, o que significa um aumento de 122% relativo ao governo anterior. A principal prioridade era a ação emergencial para, no primeiro momento, salvar

vidas; e a principal estratégia devia ser o fortalecimento da atenção primária de saúde no território, por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami/ Ye'kuana, com o apoio necessário ao retorno das equipes de atendimento à área, com equipamentos e meios suficientes e adequados. Este precisa ser o principal caminho e horizonte. Mas, já foi demonstrado inúmeras vezes que, com a presença criminoso do garimpo, a saúde das comunidades e o atendimento de proximidade estarão sempre comprometidos e inviabilizados.

Lideranças indígenas e pessoas que mantêm contato com os Yanomami, manifestaram em contínuas notificações e em audiências públicas (a exemplo da realizada no dia 01 de novembro de 2023, na sede do MPF em Roraima), grande preocupação com a carência de atendimento na área, com postos fechados ou atendimento intermitente e comunidades não visitadas. Constataram a insuficiente mobilização das equipes de saúde para o atendimento e acompanhamento nas comunidades, devido, em parte, a falta de segurança continua por causa do garimpo.

O Comitê de Operações de Emergência (COE), criado para coordenar a ação emergência em saúde, qualificou a transparência dos dados sobre saúde dentro do território, superando assim a opacidade proposital da gestão anterior, que ocultou informação para deixar passar o projeto de morte. Mas esta ação de transparência, sendo fundamental, não era suficiente se não estivesse acompanhada de medidas efetivas de retomada da atenção primária e da definitiva desintração do garimpo.

Hoje sabemos, pelos Boletins do COE, que entre janeiro e novembro de 2023 foram registradas 308 mortes, sendo destas

104 crianças menores de cinco anos. Segundo o sistema de informação de vigilância epidemiológica sanitária da malária, até o final de novembro de 2023, foram registrados 26.641 casos na área, de acordo com a reportagem da Samaúma de 19 de janeiro de 2024, foi maior do que o ano de 2022.

A escala de descontrole da malária é um aspecto da grande omissão, visto que, no auge da crise, a TI Yanomami contava com a metade de todos os casos de malária no país. Um povo adoecido, fraco, abandonado à sua própria sorte em uma das maiores invasões massivas de garimpeiros. Ainda há muito que se fazer e para isso o governo precisa de muita mais determinação, maior articulação, capacidade de diálogo e de escuta às comunidades e seus aliados.

O grande desafio de restabelecer as estruturas dos Polos Base de Saúde nas regiões mais afetadas pelo garimpo, tornou-se uma missão imprescindível. Dentre os Polos Base que foram reabertos, dois estão funcionando debaixo de lona de forma improvisada e precária e outros três correm grave risco de fechar pelo retorno de garimpeiros.

Em visita recente de representantes do Governo Federal a Roraima, chamaram a atenção algumas declarações no sentido de que não se tinha a verdadeira dimensão do problema e que agora era necessária uma ação mais contundente, articulada e permanente. Mas todos pensávamos que essas duas constatações já eram as premissas que, há um ano, levaram o governo a decretar o Estado de Emergência. Não há tempo a perder quando um processo de genocídio está em curso.

Em janeiro de 2024, após determinação do STF para que o Executivo apresentasse um novo Plano de Ação na TI Yanomami, o Governo Federal determinou novas medidas

Operação Yanomami: força-tarefa sem força

Apesar dos esforços de muitos para combater a fome e as doenças, não se atingiu êxito porque, ao mesmo tempo, outros atores do Estado relativizaram as determinações dadas no âmbito da Operação Yanomami

Por **Roberto Liebgott**,
do Cimi Regional Sul

Nesse início de ano novo, de 2024, foram divulgadas imagens de crianças Yanomami desnutridas, iguais ou até piores do que aquelas de 2023. Elas são tão fortes e cruéis que dilaceram a alma de quem tem um pouco de compaixão.

Há um ano foi anunciada, pelo novo governo, a emergência e urgência de uma ação contundente, no estado de Roraima, para combater a desnutrição e morte Yanomami e, ao mesmo tempo, desenvolver uma força tarefa, através da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança e do Exército, com os objetivos de retirar os invasores garimpeiros de dentro do território indígena e impedir novas incurções.

Na época foram feitas denúncias contra o ex-governo Bolsonaro, incentivador da invasão garimpeira, e proferidos inúmeros discursos de governantes e governistas sobre a importância das iniciativas do presidente Lula.

Apesar dos esforços de muitos servidores públicos e de lideranças indígenas, no sentido de planejar ações e serviços para combater a fome e as doenças, não se atingiu êxito porque, ao mesmo tempo, outros atores do Estado – Exército, Aeronáutica e as Forças de Segurança – de



IV Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kuana, 2023

Foto: Evilene Paixão / Hutukara

forma comissiva relativizaram as determinações dadas no âmbito da Operação Yanomami.

Nesse ambiente de contradições, os Yanomami continuaram morrendo e os garimpeiros explorando e devastando a terra e o seu ambiente.

Dor, doenças, fome, desnutrição, estupros, devastação, assassinatos, o caos. Essas palavras que sintetizam o período de um ano de uma força-tarefa sem força. Isso fica demonstrado na informação do Ibama de que seus fiscais foram

recebidos a bala pelo menos dez vezes no decorrer de 2023 (Carlos Madeiro, colunista UOL, 05/01/2024).

As imagens veiculadas pelas redes de televisão e os depoimentos de lideranças indígenas e de prestadores de serviços no âmbito do Distrito Sanitário Yanomami denunciam a dramaticidade daquela realidade consumida pela violência. Impactaram profundamente as imagens de mães e crianças doentes sendo transportadas, sob o sol escaldante, nas carrocerias puxadas por "tobatas" - espécies de micro tratores.

As imagens expõem, de modo contundente, que o genocídio Yanomami permanece em curso. As imagens, apesar de dramáticas, não expressam toda a realidade, que é muito mais cruel na solidão das malocas, no convívio forçado com aqueles que os violentam e os matam a

cada segundo, minutos, horas, dias, semanas, meses e anos.

O governo federal precisa, para além de discursos e planos, investir recursos, contratar e capacitar pessoas, adquirir e implantar infraestruturas – equipamentos e medicamentos – atuando de forma permanente dentro do território. E, na outra frente, combater os invasores, retirando-os das áreas e responsabilizando-os civil e criminalmente, e, principalmente, indo atrás dos grandes financiadores desse massacre.

na procura de maior determinação e efetividade nas ações contra o garimpo e na retomada da política de saúde no território Yanomami e Ye'kuana. Havia um reconhecimento implícito de que o que foi realizado até o momento não foi suficiente. Entretanto, as novas medidas devem incorporar o aprendizado de um primeiro ano de operação cujo resultado foi aquém do esperado. A extensão do território e a complexidade das medidas já eram conhecidas desde o início e, apesar delas, caminhos de solução já foram apontados e traçados no passado.

A instalação de uma Casa de Governo em Roraima, anunciada como uma das novas iniciativas do governo, deve significar uma efetiva melhora na articulação interna entre todos os órgãos competentes e uma estrutura que garanta o cumprimento das obrigações constitucionais das diversas instâncias.

As Forças Armadas devem assumir, sem mais resistências, sua responsabilidade no controle do espaço aéreo e contribuir, com outros órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, no desmantelamento da logística que abastece e sustenta o garimpo dentro do território Yanomami.

O fortalecimento e estruturação do Distrito Especial de Saúde Yanomami e Ye'kuana e o restabelecimento da atenção primária de proximidade devem ser prioridade estratégica e urgente.

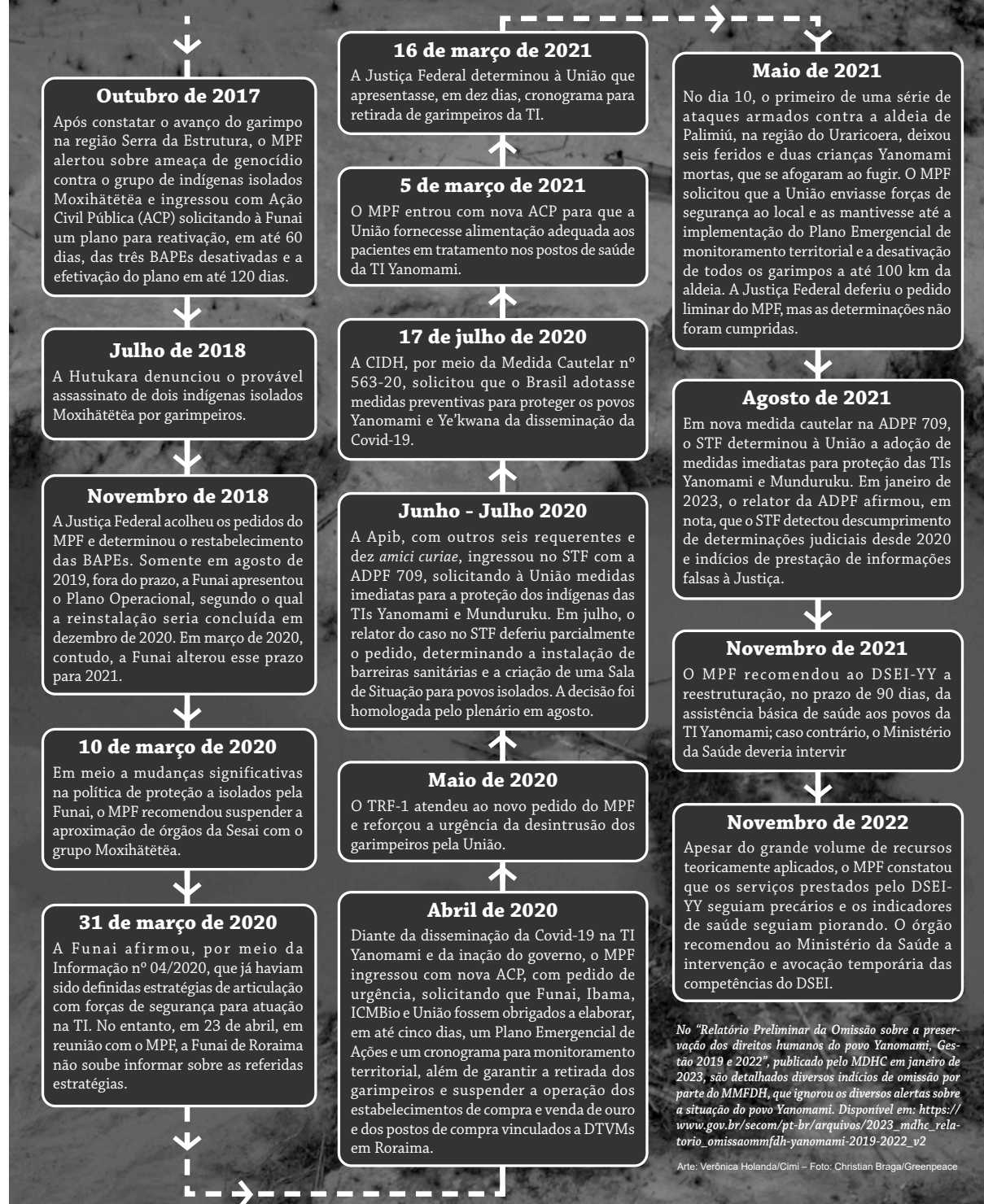
É fundamental que o governo estabeleça, não apenas interlocução, mas efetivo diálogo e colaboração com as organizações indígenas e entidades da sociedade civil que manifestaram e manifestam interesse em colaborar e que possuem a expertise necessária para enfrentar situações como a atual na TI Yanomami.

O povo Yanomami é assolado por décadas pela exploração garimpeira que vem causando diversos impactos e mortes, chegando a ter a metade de sua população morta pelas práticas ilegais do garimpo. São vítimas de genocídio e, mais uma vez, sofrem essa situação. São incentivados a acreditarem em um destino de extermínio ou de sobrevivência apenas tornando-se "brancos" garimpeiros, acabando com a floresta e consigo mesmo.

O governo tem todos os recursos e medidas para evitar isso, é preciso mais que força de vontade, é preciso que seja uma opção, um compromisso garantir a vida do povo Yanomami. O novo momento político no país deve responder com determinação e firmeza para que este histórico seja definitivamente superado e os povos Yanomami e Ye'kuana possam ter sua vida em paz e com saúde e seu território plenamente garantido.

RASTROS DA OMISSÃO

Uma cronologia do descumprimento de decisões e da omissão na proteção à TI Yanomami



Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas – dados 2022

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
 Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
 PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 9 9628-4565
 (61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**
 Ass. dois anos: **R\$ 190**
 América Latina: **US\$ 55**
 Outros países: **US\$ 90**
 Assinatura de apoio: **R\$ 170**
 Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Militares retiram tropas e equipamentos enquanto garimpeiros voltam à terra Yanomami

Ofício da Funai diz que ‘desmobilização gradual’ dos militares prejudicou entrega de cestas e operações contra invasores

Por **Murilo Pajolla**, Brasil de Fato/Lábrea (AM) | EDIÇÃO: **Thalita Pires**

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) manifestou preocupação com o que chamou de “desmobilização gradual” do Ministério da Defesa na Terra Indígena (TI) Yanomami, onde o governo federal conduz há 11 meses uma megaoperação que já expulsou a maioria dos garimpeiros ilegais, responsáveis por provocar uma grave crise humanitária no território.

O alerta sobre a falta de apoio das Forças Armadas está em um ofício assinado no dia 20 de dezembro de 2023 pela presidenta da Funai, Joenia Wapichana e obtido com exclusividade pelo Brasil de Fato. O documento diz que os recursos destinados até agora foram insuficientes para garantir a recuperação da terra indígena e foi endereçado à secretaria de orçamento do ministério da Economia, além das pastas da Gestão e dos Povos Indígenas.

Em nota enviada à reportagem, Joenia Wapichana diz que as ações desenvolvidas pelo governo foram avaliadas na reunião ministerial do dia 20 de dezembro de 2023 e reconhece que nem todas as medidas têm efeito imediato, uma vez que são “planejadas para curto, médio e longo prazo, mas que precisam ser realizadas”.

Ela acrescenta que “os ministérios estão colaborando para que essa situação tenha uma resposta à altura do que aconteceu” e que os esforços para proteção da Terra Indígena Yanomami serão intensificados.

Ouvidos pela reportagem, indígenas e indigenistas que acompanham de perto a operação corroboram a preocupação da Funai e acrescentam que, nas últimas semanas, as Forças Armadas retiraram homens e estruturas de apoio do território invadido, justamente no momento em que garimpeiros ligados a facções criminosas aumentam a presença na terra indígena.

“Sem este esforço [do Ministério da Defesa], tanto para entrega de cestas aos Yanomami mais vulneráveis, quanto para efetiva desintração do território, a tendência é que área de vulnerabilidade se espraie impedindo também a entrega de cestas [de alimentos] (...)”, escreveu a presidenta da Funai.

Dário Kopenawa, integrante da Hutukara Associação Yanomami, teme que a invasão garimpeira se agrave e criticou as Forças Armadas. “É uma situação de falta de responsabilidade do Exército Brasileiro, de não fazer o combate do garimpo ilegal. É um papel importante deles, sim, fundamental. Mas hoje [esse papel] enfraqueceu porque o Exército saiu da terra Yanomami”, afirmou ao Brasil de Fato.

O decreto presidencial que determinou a expulsão dos garimpeiros define que o papel do Ministério da Defesa, chefiado por José Múcio, é fornecer transporte aéreo aos demais órgãos do governo federal, além de executar ações de repressão, prevenção e prisão de invasores. Para isso, Lula (PT) já destinou à pasta pouco mais de R\$ 275 milhões em crédito extraordinário via Medidas Provisórias (MPs).

O Ministério da Defesa respondeu que o apoio logístico prestado pelas Forças Armadas em território Yanomami é emergencial e visa suprir as necessidades até que os órgãos ambientais e indígena possam implementar soluções duradouras.

“As Forças Armadas foram responsáveis pela execução de 7,4 mil horas voo, o que equivale a 1,6 milhão de quilômetros percorridos, número equivalente a mais de 40 voltas na Terra”, disse a pasta de José Múcio. Confirma a íntegra da resposta no final do texto.

Quanto à retirada de invasores, a Funai informou que acompanha, por meio da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Yanomami Ye’kuana, a fiscalização em campo e o controle de acesso pelas bases de proteção em atividade na Terra Indígena.



Em janeiro de 2023, governo Lula declarou emergência sanitária e deflagrou operação para retirar invasores da terra indígena Yanomami



TI Yanomami registrou 308 mortes em 2023

Em nota, a fundação também destaca que tem atuado em conjunto com órgãos de fiscalização, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública e Exército. O órgão também enumerou as ações desenvolvidas para a desintração e assistência aos Yanomami.

O Ministério dos Povos Indígenas não enviou posicionamento ao Brasil de Fato.

Retirada de ponto de abastecimento inviabilizou operações contra garimpo, diz Funai

Conforme o ofício da Funai, as ações de enfrentamento à crise humanitária dos Yanomami tiveram “constantes revezes” causados pela falta de aeronaves disponíveis em Roraima, seja por parte dos militares, mas também pela aviação civil privada, que não tem absorvido a alta demanda de voos à terra indígena. Do tamanho de Portugal, a TI Yanomami tem a maioria das comunidades acessíveis apenas por transporte aéreo.

“Com impacto agravante, a desmobilização gradual do Ministério da Defesa, com a retirada das estruturas de armazenagem e abastecimento de combustível para aeronaves, inviabilizou todas as atividades previstas para o final deste ano, prejudicando a atuação de órgãos como a Funai, Sesai e Ibama”, escreveu Wapichana.

O documento diz ainda que o “gargalo estrutural” no transporte aéreo provocou o “acúmulo de cestas de alimentos destinadas aos Yanomami na Unidade Armazenadora da Conab em Boa Vista, além de outros insumos necessários ao fortalecimento da segurança alimentar ao povo Yanomami, como equipamentos para estruturação de casas de farinha e kits de ferramentas”.

Estêvão Senra, pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA) que começou a atuar junto aos Yanomami há 10 anos, relatou que no dia 3 de dezembro as Forças Armadas deixaram a base federal Palimiu, no rio Uraricoera, um dos pontos de garimpo mais críticos da terra indígena.

“Os militares retiraram todo o efetivo que estava ali na base do Uraricoera. Já não tem mais ninguém. E também deslocaram vários equipamentos importantes de apoio logístico para outras operações que o próprio Ibama e a Polícia Federal estavam com planos de começar a fazer agora no fim do ano”, afirmou o pesquisador do ISA.

Segundo Senra, em 17 de novembro os militares desmontaram o ponto de armazenamento de combustível e abastecimento de aeronaves na região do Surucucu, outra área que tinha forte presença garimpeira antes da operação federal.

De acordo com uma reportagem no site da Força Aérea Brasileira, a estrutura de apoio às aeronaves foi instalada em janeiro dentro da terra indígena e servia para atender novas aldeias necessitadas de atendimento humanitário. Sem ela, o ponto de abastecimento dos aviões e helicópteros mais próximo ficava em Boa Vista (RR).

“Então a expectativa é de que vai ter uma ‘festa do crime’ agora no Natal. Há uma tendência de aumentar esse tipo de invasão, porque os garimpeiros sabem que a taxa de fiscalização diminuiu”, alerta o pesquisador.

Líder indígena pede bloqueio de alimentação e internet dos garimpeiros

Dário Kopenawa, que representa os Yanomami, disse que nas últimas semanas o garimpo se espalhou para comunidades onde até então não havia chegado. É o caso da porção da terra indígena que fica no estado do Amazonas, onde a mineração ilegal nunca teve presença consolidada.

A Hutukara Associação Yanomami defende que as Força Aérea Brasileira (FAB) voltem a restringir o espaço aéreo, como ocorreu no início da operação de expulsão dos garimpeiros. A estratégia funcionou porque conseguiu estrangular a atividade predatória, que segundo a entidade, tem laços com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV).

“Polícia Federal, Forças Armadas, Funai e Ibama têm que bloquear a internet dos garimpeiros e também transportes e alimentação. Isso tem que ser uma força tarefa com inteligência para fazer isso. Se fizer isso, os garimpeiros vão sentir fome e vão fugir da terra Yanomami”, defendeu Kopenawa.

O líder indígena também afirma que os invasores estão se aproximando de indígenas isolados, aqueles que não têm contato significativo com os não indígenas. Essas populações morrem rapidamente de doenças infectocontagiosas e são mais suscetíveis à violência dos garimpeiros.

“O povo Yanomami quer a desintração do garimpo ilegal. Imediatamente. Por proteção dos nossos isolados. Depois da desintração, povo Yanomami queremos posto de fiscalização para proibir a entrada dos garimpeiros ilegais”, reivindicou.

Outro lado

A nota enviada ao Brasil de Fato pelo Ministério da Defesa também destacou os números de prisões e apreensões feitas pelas Forças Armadas na Terra Indígena Yanomami.

“Desde o início da força-tarefa do Governo Federal em território Yanomami, em janeiro, o apoio das Forças Armadas aos órgãos de segurança pública e ambiental, como a Polícia Federal (PF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), resultou em R\$ 55 milhões em apreensões e multas, bem como na detenção de 164 garimpeiros, encaminhados aos órgãos competentes. Também foi realizada a apreensão de 48 toneladas de cassiterita, 1.859 gramas de ouro e 1.120 equipamentos utilizados em práticas ilegais”, informou a pasta.

* Matéria atualizada em 27 de dezembro para inclusão de posicionamento da Funai e da presidenta da fundação, Joenia Wapichana.

É URGENTE QUE A LEI 14.701, decreto de extermínio dos povos indígenas, SEJA DECLARADA INCONSTITUCIONAL

Promulgada em pleno recesso legislativo, Lei 14.701 rompeu com pacto constitucional. É urgente que os povos indígenas retomem o ritmo das articulações e mobilizações em defesa de seus direitos

Em março de 1974, cinquenta anos atrás, um grupo de bispos, padres e leigos, reunidos desde 1972 no recém-criado Conselho Indigenista Missionário – Cimi, publicou o documento “Y-Juca Pirama: o índio, aquele que deve morrer”. Naquele documento, o Cimi denunciava o decreto de extermínio que o Estado brasileiro e as elites econômicas da época impuseram, autoritariamente, sobre os povos indígenas, com a intensificação do esbulho e da destruição de seus territórios e com a instalação de um ambiente de violência contra a vida de suas comunidades.

Hoje, cinco décadas depois, o documento “Y-Juca Pirama” assume extrema atualidade mais uma vez. Ao longo deste período, os indígenas conquistaram direitos, sobreviveram à tutela e à Ditadura e mostraram uma força política única. Entretanto, enfrentam um novo decreto de extermínio: a Lei 14.701/2023, promulgada no dia 28 de dezembro pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

Apesar de sua flagrante inconstitucionalidade, a medida foi promulgada depois do Congresso derrubar a maioria dos vetos do presidente Lula às partes mais temerárias da lei, também em dezembro.

Com este ato, a Lei 14.701/2023 passa a vigorar em sua integralidade, causando insegurança física e jurídica para todos os povos indígenas do Brasil e instaurando uma situação de conflito constitucional: a ação do Congresso inseriu no ordenamento legal brasileiro uma norma legislativa que é inconstitucional em seu conteúdo e em sua forma.

A aprovação do projeto, a derrubada dos vetos presidenciais e a promulgação da Lei 14.701 foram o mais grave ataque concretizado pelo Poder Legislativo contra os direitos dos povos originários do Brasil desde a Constituição Federal de 1988.

Ainda mais grave é o fato de que a aprovação do projeto ocorreu poucos meses depois da conclusão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do julgamento sobre os direitos constitucionais dos povos indígenas, no qual foi declarada inconstitucional, por ampla maioria, a tese do chamado “marco temporal”.

Apesar de incluir novos elementos em seu julgado, a Suprema Corte foi clara em reafirmar o caráter originário e fundamental do direito dos povos indígenas à demarcação de suas terras – fazendo valer assim a vontade dos e das constituintes que promulgaram a Constituição da República em 1988.

Naquele ano, decisivo para a redemocratização de nosso país, a sociedade brasileira reconheceu em seu pacto constitucional o direito destes povos às suas terras, aos seus modos de vida e à diversidade.

Por tudo isso, os atos do Congresso Nacional não apenas afrontam a Constituição e os demais poderes da República, mas resultam numa situação urgente e insus-



Marcha em Brasília (DF) no dia 30 de agosto de 2023, data da retomada do julgamento do marco temporal no STF

tentável, com potencial de gerar consequências graves e irreversíveis para todos os povos indígenas.

Isso porque, entre diversos outros dispositivos que atacam os direitos destes povos, a Lei 14.701 impõe a aplicação do marco temporal e do “renitente esbulho” como critérios para as demarcações de terras indígenas, além de incluir uma série de novas exigências relativas ao procedimento demarcatório.

Consequentemente, o Decreto 1775/1996, que regula o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, também foi alterado. O Congresso Nacional ignorou o fato de que a validade e a constitucionalidade deste decreto, quando questionadas, foram confirmadas pela própria Suprema Corte.

Além disso, essa lei define como nulos todos os procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas que não atendam ou que não venham a atender os novos critérios estabelecidos por ela.

As consequências são inúmeras, todas elas de extrema gravidade. Além de inviabilizar a continuidade das demarcações de terras indígenas e fragilizar a atuação dos órgãos do poder Executivo – como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) – que têm entre suas atribuições a proteção, a identificação e a delimitação destes territórios, a Lei 14.701 pode desencadear uma série de decisões judiciais que resultem em despejos de comunidades já estabelecidas e na anulação de demarcações já consolidadas.

O resultado previsível desta cadeia de ações é a manutenção de diversas comunidades em situação de vulnerabilidade extrema e o acirramento dos conflitos no campo, com risco iminente de desalojamentos, ataques contra comunidades indígenas e, inclusive, mortes, como a da liderança Maria Fátima Muniz de Andrade Pataxó Hã-Hã-Hãe, conhecida como Nega, assassinada no sul da Bahia neste mês de janeiro, ou como os recentes ataques aos Avá Guarani do oeste do Paraná.

Desde o início de sua tramitação – primeiro como Projeto de Lei (PL) 490/2007, na Câmara, e depois como PL 2903/2023, já no Senado –, esta lei tem uma intenção evidente: impedir a demarcação de terras indígenas e abrir as terras já demarcadas à exploração de grandes grupos econômicos, especialmente os ligados ao agronegócio e à mineração.

Foram os representantes legislativos destes grupos que se mobilizaram nos últimos anos para garantir a aprovação

da proposta, à revelia de qualquer consulta ou diálogo com os povos indígenas.

O fato de que a lei foi promulgada em meio ao recesso legislativo e judiciário denota a agressividade e explícita a má-fé destes setores legislativos contrários aos direitos dos povos originários. Estes grupos hegemônicos o Congresso Nacional, que se deixou capturar pelo ódio e pelos interesses econômicos que cobiçam os territórios indígenas.

Ao longo de toda a tramitação do então projeto, a Câmara e o Senado Federal fizeram um uso deturpado do princípio da presunção da constitucionalidade das normas e atos do poder público, segundo o qual assume-se que os Poderes da República atuam sempre com respeito à Constituição. A serviço de interesses econômicos e políticos contrários aos direitos indígenas, as Comissões de Constituição e Justiça de ambas as Casas Legislativas atestaram a falaciosa constitucionalidade de uma lei

flagrantemente inconstitucional.

Foi por essas razões que, imediatamente após sua promulgação, a Lei 14.701 foi questionada junto à Suprema Corte por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), proposta pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em conjunto com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e a Rede Sustentabilidade.

Enquanto tal ação não é julgada, no entanto, a Lei promulgada pelo Congresso Nacional segue em vigor, subvertendo o artigo 231 da Constituição Federal e colocando o ordenamento jurídico e legal brasileiro de ponta-cabeça: no dia 28 de dezembro de 2023, uma lei menor, sem passar pelo rito de uma emenda constitucional e ignorando cláusulas pétreas, alterou e subjugou a Carta Magna de nosso país.

É urgente que os povos indígenas retomem o ritmo das articulações e mobilizações, com incidências orgânicas e permanentes em defesa de seus direitos constitucionais, elementos fundamentais na vitória contra o marco temporal e frente a tantos outros ataques às suas vidas e territórios.

Da mesma forma, é urgente que a sociedade brasileira se mobilize em defesa dos direitos dos povos originários – e, consequentemente, da Constituição e da democracia de nosso país.

Por fim, é urgente e imprescindível que a Suprema Corte, em seu papel de guardião da Constituição Federal, reafirme seu recente julgado e declare a inconstitucionalidade da Lei 14.701. Não há espaço, em nossa sociedade, para a convivência com decretos de extermínio. E não há espaço, na democracia, para o desrespeito ostensivo à Constituição.

O Cimi, que testemunhou a força política e espiritual dos povos indígenas ao longo de décadas de luta e resistência – e contribuiu com a defesa e consolidação destes direitos constitucionais fundamentais – reafirma sua determinação e esperança de que a ação organizada e constante dos povos indígenas e de seus aliados, dos movimentos populares e de amplos setores da sociedade brasileira e do campo jurídico, junto com a necessária determinação e lealdade das instituições competentes, conseguirá reverter este difícil momento para a convivência democrática no país e, particularmente, para a vida e o futuro dos povos indígenas.

Diga ao povo que avance!
Avançaremos.